

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional para
o Desenvolvimento dos Povos





Mestrado Próprio

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 60 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Acesso ao site: www.techtute.com/pt/educacao/mestrado-proprio/mestrado-proprio-cooperacao-internacional-desenvolvimento-povos

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Competências

pág. 14

04

Direção do curso

pág. 18

05

Estrutura e conteúdo

pág. 22

06

Metodologia

pág. 46

07

Certificação

pág. 54

01

Apresentação

Uma das áreas de melhoria das entidades que participam na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos centra-se na formação de profissionais capazes de intervir na gestão das organizações que se dedicam a intervir neste domínio. No domínio da educação, as acções de cooperação são de grande importância, tanto em termos de promoção do trabalho voluntário como como uma alternativa profissional. Prepare-se com TECH e ajude as pessoas que mais precisam a mais necessitados para ter um desenvolvimento igual e sustentável. Este programa fornece os conhecimentos e formação necessários para se juntar a um movimento global que necessita de profissionais cada vez mais bem capacitados.



“

A cooperação requer profissionais melhores e mais qualificados. Esteja na vanguarda neste campo, com um mestrado de alto impacto educativo”

Há lugares no mundo onde a educação ainda não faz parte da vida quotidiana das pessoas. Regiões onde não existem escolas ou onde as crianças têm de andar quilómetros a pé para chegar à escola. Um dos principais objetivos da cooperação é levar uma educação de qualidade aos seus habitantes, pois será o seu próprio conhecimento que lhes permitirá alcançar um desenvolvimento eficaz para a comunidade.

Este programa educacional foi concebido por profissionais do mundo da formação e da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos. Cada módulo é escrito com um olho na experiência e realidade encontradas. Desta forma, ao estudar este programa, o estudante adquirirá as competências necessárias para trabalhar e aplicar os seus conhecimentos em todos os tipos de funções dentro das organizações que trabalham no domínio da cooperação, tanto públicas como privadas.

Os profissionais que desejam alcançar melhores resultados no ambiente de especialização e diversidade que caracteriza o mundo moderno devem desenvolver as competências relacionadas com os instrumentos e canais de ajuda e devem formá-los. Por esta razão, na TECH queremos oferecer aos professores esta formação do mais alto nível académico, que não só os beneficiará no seu desenvolvimento pessoal e profissional, como também será o aval perfeito que lhes permitirá trabalhar em comunidades com necessidades extremas.

Além disso, como é uma preparação 100% online, o professor poderá combinar este programa muito completo com o resto das suas obrigações diárias, escolhendo a todo o momento onde e quando estudar. Uma especialização de alto nível, que levará o profissional docente ao mais alto nível na sua área.

Este **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos** conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado. As características que mais se destacam são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos, apresentados por especialistas em cooperação internacional
- ♦ O seu conteúdo gráfico, esquemático e eminentemente prático fornece informação científica e prática sobre as disciplinas que são essenciais para a atividade profissional
- ♦ Desenvolvimentos na cooperação internacional
- ♦ Exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser levado a cabo a fim de melhorar a aprendizagem
- ♦ O seu destaque para as metodologias inovadoras na cooperação internacional
- ♦ Palestras teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre questões controversas e atividades de reflexão individual
- ♦ A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo, fixo ou portátil, com ligação à Internet



Um programa de alto nível educacional, criado pelos melhores especialistas na matéria, que lhe permitirá alcançar os conhecimentos de que necessita de uma forma confortável e simples”

“

Com a maior flexibilidade possível, este Mestrado Próprio irá impulsionar a sua aprendizagem, sem ter de renunciar às suas outras ocupações”

O seu corpo docente inclui profissionais da área da cooperação internacional, que trazem a sua experiência profissional para esta capacitação, bem como especialistas reconhecidos de empresas líderes e universidades de prestígio.

Graças ao seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, o profissional terá acesso a uma aprendizagem situada e contextual, ou seja, um ambiente de simulação que proporcionará um estudo imersivo, programado para se formar em situações reais.

A conceção deste programa centra-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o professor deve tentar resolver as diferentes situações de prática profissional que surgem durante a formação. Para o fazer, o especialista terá a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo, criado por especialistas reconhecidos no domínio da cooperação internacional e experientes no domínio da cooperação internacional.

Utilizará os sistemas de aprendizagem mais bem classificados na aprendizagem on-line, transformando o seu esforço em resultados num curto período de tempo.

Uma aprendizagem baseada em situações e casos reais, para proporcionar aos estudantes uma visão prática e imediata da aplicação do que aprenderam.



02

Objetivos

O principal objetivo do programa é o desenvolvimento da aprendizagem teórica e prática completa da matéria, de modo a que o professor consiga dominar de forma prática e rigorosa os aspetos que o trabalho em cooperação internacional envolve, tendo em conta a globalidade em que se desenvolve e os diferentes aspetos económicos, jurídicos e políticos que a afetam.





“

Um estudo que incorpora todos os aspetos que o profissional envolvido na cooperação internacional precisa de tratar, incluindo factores económicos, políticos e sociais”

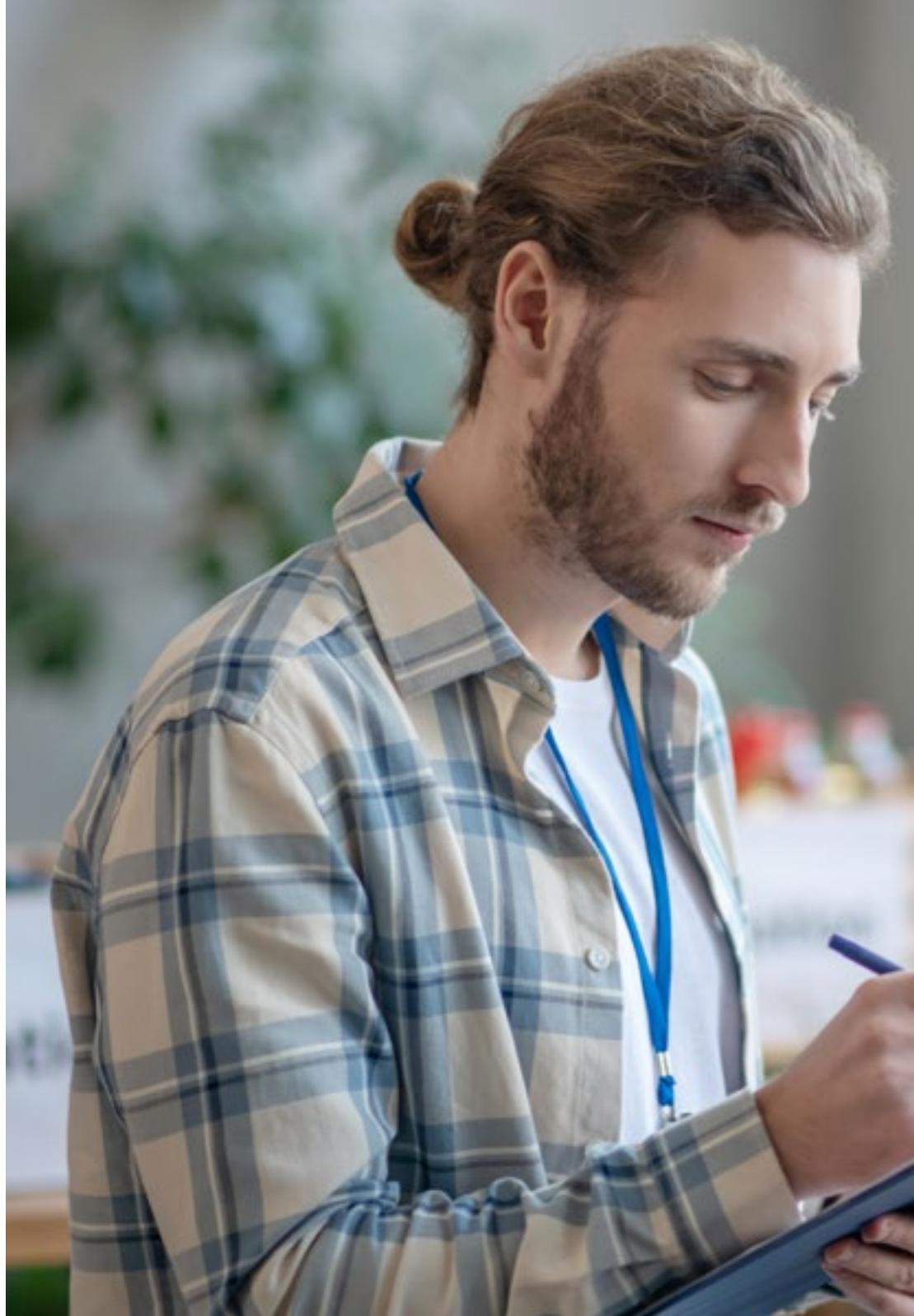


Objetivos gerais

- ♦ Proporcionar aos estudantes uma formação avançada em cooperação internacional, de natureza especializada e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais, que lhes permita adquirir e desenvolver as competências e aptidões necessárias para obterem uma qualificação como profissional em cooperação internacional
- ♦ Proporcionar ao estudante conhecimentos básicos sobre o processo de cooperação e desenvolvimento, com base nos últimos avanços nas políticas sobre processos de sustentabilidade, envolvendo tanto aspetos económicos como sociais
- ♦ Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias para adaptar e resolver os problemas do mundo de hoje através da investigação científica em processos de cooperação e desenvolvimento
- ♦ Divulgar as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empresarial necessário para se adaptar às mudanças políticas, no quadro do direito internacional



Adquirir os conhecimentos teóricos e os instrumentos práticos necessários para participar num projeto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos”





Objetivos específicos

Módulo 1. Desenvolvimento dos povos: introdução e desafios

- ♦ Compreender a importância do desenvolvimento das pessoas
- ♦ Tomar consciência dos actores envolvidos no desenvolvimento, dos seus motivos e das suas consequências
- ♦ Conhecer e clarificar conceitos básicos como os pobres e os empobrecidos
- ♦ Tomar consciência do estado do mundo e do desenvolvimento
- ♦ Familiarizar-se com a estrutura económica do mundo
- ♦ Estar familiarizado com os conceitos de desenvolvimento sustentável, metas sustentáveis, etc., a fim de alcançar as suas metas e objetivos
- ♦ Estar familiarizado com as teorias básicas do desenvolvimento nos seus aspetos económicos, sociais, culturais e políticos

Módulo 2. Cooperação internacional para o desenvolvimento

- ♦ Aprender sobre diferentes métodos de investigação na cooperação internacional para o desenvolvimento
- ♦ Obter conhecimentos sobre metodologias para a defesa de políticas públicas, comunicação social e mudança política
- ♦ Familiarizar-se com a evolução e estado dos debates atuais sobre o desenvolvimento
- ♦ Familiarizar-se com os instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento, bem como com os tipos de projetos e ONG existentes
- ♦ Desenvolver competências para trabalhar com os principais sujeitos vulneráveis envolvidos em ações e programas de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Compreender o sistema de cooperação internacional e os diferentes actores que o compõem

Módulo 3. Conceção, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento

- ♦ Conhecer o ciclo de gestão de um projeto de desenvolvimento
- ♦ Conhecer as técnicas, tendências e projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento
- ♦ Compreender os principais problemas das diferentes esferas regionais e internacionais
- ♦ Compreender os diferentes sistemas, modalidades e actores básicos da cooperação internacional para o desenvolvimento
- ♦ Compreender as particularidades regionais do desenvolvimento e da cooperação

Módulo 4. Educação para o desenvolvimento humano e sustentável

- ♦ Realizar ações e programas destinados a aumentar a consciência de certas situações de injustiça e mudar valores para combatê-las
- ♦ Promover a participação da sociedade, especialmente de crianças e adolescentes, e o e adolescentes e entidades do sector, na transformação do mundo
- ♦ Criar processos de empoderamento e espaços de participação democrática ativa para as crianças, destinados a transformar as políticas e o modelo de tomada de decisões sobre questões que as afetam
- ♦ Promover a investigação e reflexão sobre questões relacionadas com as crianças e o desenvolvimento, fornecendo uma base para diferentes propostas de promoção do desenvolvimento humano
- ♦ Favorecer o trabalho em rede com outras entidades do sector, a fim de alcançar um maior impacto nas nossas ações
- ♦ Analisar e compreender as iniciativas globais anti-pobreza

Módulo 5. Ação humanitária e cooperação internacional para o desenvolvimento

- ♦ Identificar os processos de formulação, monitorização e avaliação das ações de cooperação para o desenvolvimento, de modo a que se chegue a uma compreensão completa do que é um projeto de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Desenvolver uma visão global sobre a natureza, perspectiva e objetivos das ações de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Analisar e avaliar o significado das prioridades sectoriais e geográficas da cooperação internacional para o desenvolvimento, identificar os eixos estratégicos que orientam as políticas e ações de cooperação, os sectores da cooperação para o desenvolvimento e os objetivos das ações de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Promover o debate e a análise de aspetos relacionados com o desenvolvimento de políticas e ações de cooperação e estratégias destinadas a melhorar a sua qualidade e eficácia
- ♦ Conhecimento de metodologias de elaboração de projetos e domínio de competências técnicas para a identificação, formulação, planeamento, programação, gestão e acompanhamento de projetos de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Capacidade de ter um conhecimento profundo do contexto e da natureza das ações de ajuda humanitária
- ♦ Avaliar o processo e os resultados finais de diferentes projetos de cooperação para o desenvolvimento

Módulo 6. Direitos Humanos (RH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- ♦ Qualificar os diferentes tipos de conflitos armados, distinguindo-os de outras situações de violência armada; identificar e classificar as vítimas de tais conflitos; conhecer e compreender o sistema de proteção das vítimas e ser capaz de o aplicar
- ♦ Estar consciente das restrições impostas pelo direito humanitário aos combatentes em relação à condução de hostilidades, respeito pelas áreas, locais e instalações assinaladas com um sinal de proteção, e a exigência de um código de conduta relativo a baixas, pessoal médico e outro pessoal humanitário
- ♦ Identificar situações e pessoas de particular vulnerabilidade em conflitos armados e estar consciente da sua proteção ao abrigo do direito humanitário internacional
- ♦ Estimular a participação das pessoas e grupos com quem são realizadas atividades de cooperação, permitindo-lhes identificar os seus problemas e necessidades, liderar os seus processos de mudança, avaliar a sua evolução e decidir sobre novas linhas de ação

Módulo 7. Comunicação social e transformadora

- ♦ Formar comunicadores sociais capazes de aplicar os seus conhecimentos a diferentes níveis
- ♦ Identificar, compreender e saber utilizar fontes, técnicas estatísticas e ferramentas informáticas para organizar a informação selecionada e planear relatórios, análises e medidas para o desenvolvimento e cooperação
- ♦ Levar a cabo uma reflexão ética sobre cooperação, informação, imagens e sua aplicabilidade em contextos específicos

Módulo 8. Igualdade e cooperação

- ♦ Interiorizar, analisar e compreender o que queremos dizer quando falamos de género, desenvolvimento e direitos das mulheres
- ♦ Compreender o papel dos movimentos feministas nos processos de avanço e transformação social
- ♦ Intervir de uma perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento

Módulo 9. Direitos ambientais

- ♦ Compreender a inter-relação entre todos os elementos do ambiente e como eles se influenciam uns aos outros
- ♦ Reconhecer os diferentes tipos de poluição e como estes afetam o ambiente
- ♦ Analisar os regulamentos e legislação em vigor nesta área
- ♦ Incorporar de forma transversal em projectos e ações de cooperação, as noções de sustentabilidade e sustentabilidade ambiental e ecológica
- ♦ Compreender a ligação entre a migração e o desenvolvimento dos países de origem e de destino

Módulo 10. ONG e solidariedade local, regional e internacional

- ♦ Dominar os conceitos e definições de ONG
- ♦ Conhecer a diversidade das ONG e as suas áreas de trabalho
- ♦ Aprender as linhas gerais da gestão das ONG
- ♦ Identificar, compreender e saber como utilizar fontes e ferramentas para identificar projetos internacionais de cooperação para o desenvolvimento

03

Competências

Este Mestrado Próprio permitir-lhe-á adquirir as competências necessárias para trabalhar no domínio da cooperação internacional. Permitir-lhe-á aprender os aspetos essenciais em todas as áreas, compreendendo as diferentes formas de gestão e intervenção e os factores políticos, sociais e económicos condicionantes que a afetam.



“

Uma capacitação abrangente e de alta qualidade, que lhe permitirá agir com confiança e tornar-se um profissional altamente competente na cooperação internacional”



Competências gerais

- ♦ Analisar e compreender as iniciativas globais na luta contra a pobreza
- ♦ Estar familiarizado com as teorias básicas do desenvolvimento nos seus aspetos económicos, sociais, culturais e políticos
- ♦ Compreender a realidade sócio-cultural dos diferentes ambientes regionais e internacionais

“

Este programa permitir-lhe-á aprender de forma teórica e prática, através de sistemas de aprendizagem virtual, para desenvolver o seu trabalho com total garantia de sucesso”





Competências específicas

- ♦ Ter conhecimento do atual sistema de relações internacionais e dos diferentes actores oficiais e não oficiais que o compõem
- ♦ Conhecer o sistema e das políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento
- ♦ Conhecer as causas, dinâmicas e consequências da mobilidade humana e das migrações
- ♦ Saber analisar as políticas públicas no quadro lógico das políticas de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Ter a capacidade de desenvolver novos instrumentos de cooperação para o desenvolvimento e de intervir na gestão pública e privada de projetos de cooperação para o desenvolvimento em diferentes esferas regionais
- ♦ Promover uma análise crítica e reflexão dos problemas e das suas causas que afetam as pessoas, grupos e sociedades, especialmente crianças, promovendo uma mudança de atitudes e comportamentos na nossa sociedade
- ♦ Analisar a realidade social, económica, política e cultural das diferentes sociedades em que é contextualizado o trabalho dos agentes da cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Desenvolver atitudes e aptidões para a luta contra a pobreza e a consciência da equidade através da educação para o desenvolvimento, e para os processos de criação e desenvolvimento de projectos de cooperação, com valores como a motivação, o diálogo intercultural e a solidariedade
- ♦ Adquirir os conhecimentos necessários para a gestão da ação humanitária (ajuda humanitária e emergências), a partir da análise das necessidades básicas da população e da gestão dos principais riscos
- ♦ Formulação de projetos de cooperação em organizações públicas, privadas e não governamentais
- ♦ Conceber e gerir instrumentos técnicos que reúnam, de forma clara, precisa e atualizada, as informações necessárias para a avaliação, planeamento e informação atualizada necessária para a avaliação, planeamento e tomada de decisões em projetos de cooperação
- ♦ Compreender, fornecer ou colaborar em atividades humanitárias destinadas às vítimas de conflitos armados sob a cobertura do direito humanitário internacional
- ♦ Responder a crises humanitárias e emergências avaliando a urgência da situação e planear e desenvolver ações para lidar com elas
- ♦ Abordar as atuais exigências de formação em comunicação social tendo em vista a diversificação e a revalorização da comunicação
- ♦ Refletir sobre as áreas práticas de aplicação na sociedade sevilhana que podem ser partilhadas e extrapoladas para outras realidades
- ♦ Promover o trabalho em equipas profissionais, aproveitando os seus benefícios como espaço de reflexão, orientação da prática da cooperação para o desenvolvimento e como instrumento para a análise de situações e a concepção de alternativas de trabalho e de intervenção
- ♦ Reconhecer os diferentes tipos de poluição e a forma como estes afetam o ambiente Conhecer os processos migratórios de refúgio e asilo a nível mundial e as diferentes políticas e ações que são levadas a cabo no domínio da cooperação para o desenvolvimento com estes grupos
- ♦ Conhecer a diversidade das ONG e as suas áreas de trabalho
- ♦ Internalizar a legislação das ONG, associações e fundações nacionais e internacionais
- ♦ Trabalhar em equipas multidisciplinares e multiculturais como especialista em cooperação internacional para o desenvolvimento

04

Direção do curso

O corpo docente do programa inclui peritos líderes em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos que trazem a sua experiência profissional para esta especialização. Além disso, outros peritos de reconhecido prestígio participam na sua concepção e elaboração, completando o programa de forma interdisciplinar.





“

Peritos em cooperação internacional serão os seus professores durante este Mestrado Próprio; uma oportunidade incomparável de aprender com a experiência real dos profissionais do sector”

Diretora convidada



Sra. Carmen Rodríguez Arteaga

- ♦ Diretora do Gabinete de Estudos da Direção do INEM
- ♦ Licenciada em Filosofia e Ciências da Educação na UCM
- ♦ Especialista em Avaliação Educacional da OEI
- ♦ Especialista em Indicadores e Estatísticas Educativas na UNED
- ♦ Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento em Educação pela Universidade de Barcelona
- ♦ Especialista em Gestão do Conhecimento

Direção



Sra. María del Pilar Romero Mateos

- ♦ Educadora social
- ♦ Especialista Universitária em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento das Pessoas
- ♦ Professora de formação para o emprego
- ♦ Agente de Igualdade de Género
- ♦ Autora e colaboradora em projetos educativos na Abile Educativa

Professores

Sra. Cristina Córdoba

- ♦ Enfermeira
- ♦ Formação e experiência em projectos de cooperação internacional para o desenvolvimento
- ♦ Co-fundadora e participante do projeto PalSpain
- ♦ Fundadora da Associação de Jovens APUMAK, Madrid, Espanha

Sra. Mercedes Flórez Gómez

- ♦ Licenciatura em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madrid
- ♦ MSC em Responsabilidade Social Empresarial Pontifícia Universidade de Salamanca
- ♦ MSC em Informação e Documentação Universidad Antonio de Nebrija, Espanha, e University College of Wales, Reino Unido
- ♦ Diploma Avançado em Cooperação Sul-Sul, Sur- FLACSO
- ♦ Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación- IUDC-Universidad Complutense de Madrid
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento na Educação, Ciência e Cultura (OEI)
- ♦ Diploma em Ação Humanitária - Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária - IECAH

Sra. Marisa Ramos Rollon

- ♦ Consultora em Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor para as Relações Internacionais e Cooperação da Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Investigadora centrada nas áreas das políticas e instituições públicas na América Latina e nas políticas de governação democrática e de desenvolvimento
- ♦ Diretora do Curso de Verão Complutense sobre Políticas Públicas e a Agenda 2030
- ♦ Palestrante no Mestrado em Políticas de Transparência e Governação e Liderança Política, no Mestrado em Liderança Política, tanto na UCM, como no Mestrado em Relações Latino-Americanas-UE na Universidade de Alcalá

Sra. Araceli Sánchez Garrido

- ♦ Chefe Adjunta de Cooperação Cultural, Departamento de Cooperação Cultural e Promoção da Direção de Relações Culturais e Científicas
- ♦ Licenciada em Geografia e História, especializado em Antropologia e Etnologia da América Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Responsável pela aplicação do Guia de Integração da Diversidade Cultural da AECID e a sua aplicação a projetos de cooperação para o desenvolvimento levados a cabo pela Agência
- ♦ Membro da Faculdade de Curadoria de Museus, atribuído ao Museo de América em Madrid
- ♦ Docente do Mestrado em Gestão Cultural na Universidade Carlos III de Madrid

Sr. Carlos Cano Corcuera

- ♦ Licenciatura em Biologia com especialização em Zoologia e uma licenciatura em Ecologia Animal
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento pela UNED
- ♦ Cursos de especialização em cooperação internacional; Identificação, Formulação e Acompanhamento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planeamento com uma Perspetiva de Género; Gestão Orientada para os Resultados para o Desenvolvimento; Abordagem da Deficiência em Projetos de Cooperação; Cooperação Delegada da União Europeia, etc.
- ♦ Trabalho em diferentes áreas de cooperação internacional, fundamentalmente na América Latina

05

Estrutura e conteúdo

A estrutura dos conteúdos foi concebida por uma equipa de profissionais do ensino, que conceberam um percurso educativo altamente qualificado, incorporando as ferramentas didáticas, analógicas e digitais mais eficazes. Estruturado em unidades de aprendizagem específicas, permitirá treinar de forma gradual e sustentada, sem perder a motivação durante o processo.





“

Um plano de estudos muito completo e estruturado em unidades didáticas muito bem desenvolvidas, orientado para uma aprendizagem eficiente e rápida, compatível com a sua vida pessoal e profissional”

Módulo 1. Desenvolvimento dos povos: introdução e desafios

- 1.1. O desenvolvimento
 - 1.1.1. Introdução
 - 1.1.2. O que se entende por desenvolvimento?
 - 1.1.3. Teorias sociológicas para o desenvolvimento
 - 1.1.3.1. Desenvolvimento através da modernização
 - 1.1.3.2. Desenvolvimento por dependência
 - 1.1.3.3. Teoria do Desenvolvimento Neoinstitucional
 - 1.1.3.4. Desenvolvimento através da democracia
 - 1.1.3.5. Teoria do desenvolvimento da identidade cultural
 - 1.1.4. Actores envolvidos no desenvolvimento
 - 1.1.4.1. De acordo com a sua canalização, a ajuda pode ser...
 - 1.1.4.2. De acordo com a sua forma
 - 1.1.5. Países pobres ou empobrecidos
 - 1.1.5.1. O que se entende por empobrecido?
 - 1.1.6. Desenvolvimento económico, social e sustentável
 - 1.1.7. PNUD
 - 1.1.8. Bibliografia
- 1.2. Poder, dinâmica e atores na sociedade internacional
 - 1.2.1. Introdução
 - 1.2.2. Elementos de poder
 - 1.2.3. A sociedade internacional
 - 1.2.4. Modelos de sociedade internacional
 - 1.2.4.1. Estático
 - 1.2.4.2. Dinâmico
 - 1.2.4.3. Global
 - 1.2.5. Características da sociedade internacional
 - 1.2.5.1. É uma sociedade de referência mundial
 - 1.2.5.2. É distinto da sociedade interestatal
 - 1.2.5.3. A sociedade internacional requer uma dimensão relacional
 - 1.2.5.4. A sociedade internacional goza de uma ordem comum
 - 1.2.6. Estrutura social da sociedade





- 1.2.7. Estrutura da sociedade internacional
 - 1.2.7.1. Extensão espacial
 - 1.2.7.2. A diversificação estrutural
 - 1.2.7.3. A dimensão cultural da sociedade internacional
- 1.2.8. A polarização da sociedade internacional
 - 1.2.8.1. Conceito
- 1.2.9. Grau de institucionalização da sociedade internacional
- 1.2.10. Bibliografia
- 1.3. Comércio livre
 - 1.3.1. Introdução
 - 1.3.2. Desigual interdependência entre países
 - 1.3.3. Empresas transnacionais
 - 1.3.3.1. O que são?
 - 1.3.4. Situação do comércio atual
 - 1.3.4.1. Transnacionais e comércio livre
 - 1.3.5. A OMC
 - 1.3.5.1. Conceito
 - 1.3.5.2. Breve história
 - 1.3.5.3. As atividades da OMC são desenvolvidas em torno de três pilares
 - 1.3.6. Rondas, conferências e lobbying
 - 1.3.7. Relações de comércio justo
 - 1.3.8. O CONGDE
 - 1.3.8.1. Propostas CONGNE
 - 1.3.9. Responsabilidade social das empresas
 - 1.3.10. Um pacto global
 - 1.3.11. Comércio Justo
 - 1.3.11.1. Definição internacional
 - 1.3.12. Bibliografia
- 1.4. Desenvolvimento sustentável e educação
 - 1.4.1. Introdução
 - 1.4.2. Educação sobre e para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.2.1. Principais diferenças
 - 1.4.3. Sustentabilidade
 - 1.4.3.1. Conceito

- 1.4.4. Desenvolvimento sustentável
 - 1.4.4.1. Conceito
- 1.4.5. Componentes do desenvolvimento sustentável
- 1.4.6. Princípios do desenvolvimento sustentável
- 1.4.7. Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)
 - 1.4.7.1. Definição
- 1.4.8. História da educação para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.8.1. Conceito
- 1.4.9. Reorientar a educação
- 1.4.10. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável
- 1.4.11. Bibliografia
- 1.5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
 - 1.5.1. Introdução
 - 1.5.2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 - 1.5.2.1. Antecedentes
 - 1.5.3. Campanha do Milênio
 - 1.5.4. Resultados dos ODM
 - 1.5.5. Objetivos de desenvolvimento sustentável
 - 1.5.5.1. Definição
 - 1.5.5.2. Quem está envolvido?
 - 1.5.6. O que são os ODS?
 - 1.5.6.1. Características
 - 1.5.7. Diferenças entre os ODM e os ODS
 - 1.5.8. Agenda de desenvolvimento sustentável
 - 1.5.8.1. Agenda 2030
 - 1.5.8.2. Os ODS são juridicamente vinculativos?
 - 1.5.9. Monitorização da implementação dos ODS
 - 1.5.10. Bibliografia
- 1.6. Teorias sobre o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.1. Introdução
 - 1.6.2. Actores do desenvolvimento
 - 1.6.3. Questões na educação para o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.3.1. Competência
 - 1.6.4. A ONU e o seu trabalho de desenvolvimento
 - 1.6.4.1. História da ONU
 - 1.6.4.2. A ONU e a sustentabilidade
 - 1.6.5. Agenda 21: Agenda 21 das Nações Unidas
 - 1.6.5.1. Objetivos da Agenda 21
 - 1.6.6. PNUD
 - 1.6.6.1. História da PNUD
 - 1.6.6.2. Objetivos do PNUD
 - 1.6.7. Outras teorias para apoiar o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.7.1. Descrescimento
 - 1.6.8. Teorias alternativas ao desenvolvimento sustentável
 - 1.6.8.1. Ecodesenvolvimento
 - 1.6.9. Bibliografia
- 1.7. Sociedade civil, movimentos sociais e processos de transformação
 - 1.7.1. Introdução
 - 1.7.2. Noção de movimentos sociais
 - 1.7.3. Objetivos dos movimentos sociais
 - 1.7.4. Estrutura dos movimentos sociais
 - 1.7.5. Definições de autores proeminentes
 - 1.7.6. Desafio coletivo
 - 1.7.7. A procura de um objetivo comum
 - 1.7.8. Evolução dos movimentos sociais
 - 1.7.9. Participação e consolidação da democracia
 - 1.7.10. Os movimentos sociais mais proeminentes dos últimos anos na Europa
 - 1.7.11. Bibliografia
- 1.8. Desenvolvimento comunitário participativo
 - 1.8.1. Introdução
 - 1.8.2. Comunidade
 - 1.8.2.1. De quem depende o sucesso de uma comunidade?
 - 1.8.3. Noção de participação
 - 1.8.4. Conceito de desenvolvimento comunitário
 - 1.8.5. Definição de características de desenvolvimento comunitário

- 1.8.6. Processos para Alcançar o Desenvolvimento Comunitário
 - 1.8.6.1. Avaliação participativa
 - 1.8.6.2. Plano de desenvolvimento
 - 1.8.6.3. Planeamento participativo
 - 1.8.6.4. Plano de desenvolvimento comunitário
- 1.8.7. Doze lições de desenvolvimento comunitário participativo
- 1.8.8. Actores principais
- 1.8.9. Bibliografia
- 1.9. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.1. Introdução
 - 1.9.2. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.2.1. Princípios do IDH
 - 1.9.2.2. Objetivos do IDH
 - 1.9.2.3. Limitações do IDH
 - 1.9.2.4. Tipos de indicadores
 - 1.9.3. Características do desenvolvimento humano
 - 1.9.4. Metodologia de cálculo do IDH
 - 1.9.5. Outros índices de desenvolvimento humano
 - 1.9.5.1. Índice de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade
 - 1.9.5.2. Índice de Desigualdade de Género
 - 1.9.5.3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)
 - 1.9.6. PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 - 1.9.7. Conclusões
 - 1.9.8. Bibliografia
- 1.10. Parcerias locais para o desenvolvimento
 - 1.10.1. Introdução
 - 1.10.2. O que é uma ONGD?
 - 1.10.3. Movimentos de desenvolvimento do Estado
 - 1.10.4. Pobreza Zero
 - 1.10.4.1. Objetivos
 - 1.10.4.2. Estratégia de ação
 - 1.10.4.3. As suas organizações constituintes

- 1.10.5. Coordenador da ONGD. Espanha
 - 1.10.5.1. Objetivo
 - 1.10.5.2. Plano estratégico
 - 1.10.5.3. Linhas estratégicas
- 1.10.6. Coordenadores automáticos
- 1.10.7. Grupos de ação social
- 1.10.8. Bibliografia

Módulo 2. Cooperação internacional para o desenvolvimento

- 2.1. A Cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. O que é a cooperação internacional para o desenvolvimento?
 - 2.1.3. Finalidades e objetivos da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.1.4. Objetivos da cooperação espanhola internacional para o desenvolvimento
 - 2.1.5. Evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Espanha
 - 2.1.6. Origens e evolução histórica da cooperação internacional
 - 2.1.7. Os planos de reconstrução da Europa no conflito bipolar
 - 2.1.8. Os processos de descolonização nos anos do pós-guerra
 - 2.1.9. Crise da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.1.10. Mudanças na concepção da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.1.11. Bibliografia
- 2.2. Modalidades e instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.2.1. Introdução
 - 2.2.2. Principais instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.2.2.1. Cooperação para o desenvolvimento
 - 2.2.2.2. Educação para o desenvolvimento
 - 2.2.2.3. Assistência técnica, formação e investigação
 - 2.2.2.4. Ação humanitária
 - 2.2.3. Outros instrumentos de cooperação
 - 2.2.3.1. Cooperação económica
 - 2.2.3.2. Assistência financeira
 - 2.2.3.3. Cooperação científica e tecnológica
 - 2.2.3.4. Ajuda alimentar

- 2.2.4. Modalidades da cooperação internacional para o desenvolvimento
- 2.2.5. Tipos de modalidades
 - 2.2.5.1. Modalidades de acordo com a origem dos fundos
- 2.2.6. Tipos de ajuda de acordo com os actores que canalizam os fundos internacionais de cooperação para o desenvolvimento
 - 2.2.6.1. Bilateral
 - 2.2.6.2. Multilateral
 - 2.2.6.3. Cooperação descentralizada
 - 2.2.6.4. Cooperação não-governamental
 - 2.2.6.5. Cooperação empresarial
- 2.2.7. De acordo com a situação geopolítica e o nível de desenvolvimento dos países doadores e receptores
- 2.2.8. De acordo com a existência ou não de limitações na utilização dos fundos
- 2.2.9. Outros instrumentos de cooperação. Co-desenvolvimento
 - 2.2.9.1. Intervenções de co-desenvolvimento
- 2.2.10. Bibliografia
- 2.3. Organismos multilaterais
 - 2.3.1. O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento
 - 2.3.2. Actores da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.3.3. Actores no sistema de ajuda pública ao desenvolvimento
 - 2.3.4. Definições de Organizações Internacionais relevantes (OI)
 - 2.3.5. Características das Organizações Internacionais
 - 2.3.5.1. Tipos de organizações internacionais
 - 2.3.6. Vantagens da cooperação multilateral
 - 2.3.7. Contribuições das organizações internacionais para o sistema multilateral
 - 2.3.8. Instituições Financeiras Multilaterais (IFM)
 - 2.3.8.1. Características das IFM
 - 2.3.8.2. Composição das IFM
 - 2.3.8.3. Tipos de instituições financeiras multilaterais
 - 2.3.9. Bibliografia
- 2.4. Fontes da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.4.1. Introdução
 - 2.4.2. Diferença entre cooperação governamental e não governamental
 - 2.4.3. Instituições financeiras multilaterais
 - 2.4.3.1. O Fundo Monetário Internacional
 - 2.4.3.2. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
 - 2.4.3.2.1. Quem são?
 - 2.4.3.2.2. História da USAID
 - 2.4.3.2.3. Sectores de intervenção
 - 2.4.3.3. A União Europeia
 - 2.4.3.3.1. Objectivos da UE
 - 2.4.3.3.2. Objectivos gerais da acção externa da UE
 - 2.4.3.3.3. Instituições multilaterais não financeiras
 - 2.4.3.4. Lista de instituições multilaterais não financeiras
 - 2.4.3.4.1. Acções de instituições multilaterais
 - 2.4.3.4.2. Não financeiro
 - 2.4.3.4.3. Nações Unidas
 - 2.4.4. O Fundo Monetário Internacional
 - 2.4.5. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
 - 2.4.5.1. Quem são?
 - 2.4.5.2. História da USAID
 - 2.4.5.3. Sectores de intervenção
 - 2.4.6. A União Europeia
 - 2.4.6.1. Objectivos da UE
 - 2.4.6.2. Objectivos gerais da acção externa da UE
 - 2.4.6.3. Instituições multilaterais não financeiras
 - 2.4.7. Lista de instituições multilaterais não financeiras
 - 2.4.7.1. Acções de instituições multilaterais
 - 2.4.7.2. Não financeiro
 - 2.4.7.3. Nações Unidas
 - 2.4.8. Organização das Nações Unidas
 - 2.4.9. Bibliografia
- 2.5. Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2018-2021
 - 2.5.1. Introdução
 - 2.5.2. Desafios para a acção e gestão da cooperação espanhola
 - 2.5.3. O que é um plano diretor?
 - 2.5.3.1. Plano Diretor da Cooperação Espanhola para o Desenvolvimento
 - 2.5.3.2. Áreas que compreendem o Quinto Plano Diretor da CE
 - 2.5.4. Objectivos do Plano Diretor
 - 2.5.4.1. Objectivos gerais do Quinto Plano Diretor do CID
 - 2.5.5. Prioridades geográficas para acção no âmbito do Plano Diretor do CID
 - 2.5.6. Agenda 2030
 - 2.5.6.1. O que é a Agenda 2030?
 - 2.5.6.2. Desenvolvimento da Agenda 2030
 - 2.5.6.3. Especificações gerais
 - 2.5.6.4. Implementação da Agenda 2030
 - 2.5.7. Bibliografia
- 2.6. Acção Humanitária
 - 2.6.1. Introdução
 - 2.6.2. Ajuda humanitária no contexto internacional
 - 2.6.3. Tendências na acção humanitária

- 2.6.4. Principais objetivos da ação humanitária
 - 2.6.5. Estratégia inicial para a acção humanitária na cooperação espanhola para o desenvolvimento
 - 2.6.6. AECID e ação humanitária
 - 2.6.7. O financiamento da ação humanitária e a sua evolução
 - 2.6.8. Princípios do Direito Internacional Humanitário e da Ação Humanitária
 - 2.6.9. Resumo
 - 2.6.10. Bibliografia
 - 2.7. Abordagens de género da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.7.1. Introdução
 - 2.7.2. Qual é a abordagem de género?
 - 2.7.3. Porque é importante incorporar uma perspetiva de género nos processos de desenvolvimento?
 - 2.7.4. O género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.7.5. Linhas estratégicas de trabalho na integração da perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.7.6. Objetivos do Quinto Plano Diretor para a cooperação espanhola em termos de promoção dos direitos e oportunidades para homens e mulheres
 - 2.7.7. Objetivos prioritários no domínio da igualdade no CID
 - 2.7.8. Estratégia sectorial de género na cooperação espanhola para o desenvolvimento
 - 2.7.9. Guia de Integração da Perspetiva de Género
 - 2.7.10. Bibliografia
 - 2.8. Um enfoque nos DRH na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.8.1. Introdução
 - 2.8.2. Direitos Humanos
 - 2.8.3. Abordagem da cooperação para o desenvolvimento baseada nos direitos humanos
 - 2.8.4. Como surgiu a abordagem dos direitos humanos?
 - 2.8.5. O que é que a abordagem dos direitos humanos traz à cooperação internacional para o desenvolvimento?
 - 2.8.5.1. Novo quadro de referência: normas internacionais de DH
 - 2.8.5.2. Novo olhar sobre o desenvolvimento de capacidades
 - 2.8.5.3. Participação em políticas públicas
 - 2.8.5.4. Prestação de contas
 - 2.8.6. Desafios da abordagem do DRH nas intervenções de cooperação para o desenvolvimento
 - 2.8.7. Desafios na identificação e formulação de projetos
 - 2.8.8. Desafios na implementação de projetos
 - 2.8.9. Desafios na monitorização e avaliação de projetos
 - 2.8.10. Bibliografia
 - 2.9. Mobilidade humana e migração
 - 2.9.1. Introdução
 - 2.9.2. Migrações
 - 2.9.2.1. Os primeiros movimentos humanos
 - 2.9.2.2. Tipos de migração
 - 2.9.2.3. Causas da migração
 - 2.9.3. Os processos migratórios na era da globalização
 - 2.9.3.1. Melhoria das condições de vida
 - 2.9.3.2. Vulnerabilidade e migração
 - 2.9.4. Segurança humana e conflito
 - 2.9.5. Desafios do sistema internacional de asilo
 - 2.9.6. ACNUDH
 - 2.9.7. Estratégia de migração baseada nos direitos humanos
 - 2.9.8. Bibliografia
- Módulo 3. Conceção, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento**
- 3.1. Conhecimentos fundamentais para a conceção de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 3.1.1. Introdução
 - 3.1.2. Significado do projeto
 - 3.1.3. Tipos de projetos
 - 3.1.4. O ciclo do projeto
 - 3.1.5. Passos para desenvolver um projeto
 - 3.1.6. Identificação
 - 3.1.7. Desenho
 - 3.1.8. Implementação e monitorização
 - 3.1.9. Avaliação
 - 3.1.10. Bibliografia

- 3.2. A abordagem do Quadro Lógico
 - 3.2.1. Introdução
 - 3.2.2. O que é a abordagem do Quadro Lógico?
 - 3.2.3. Abordagens ao método
 - 3.2.4. Definições do método
 - 3.2.5. Passos do método
 - 3.2.6. Conclusão
 - 3.2.7. Bibliografia
- 3.3. Identificação do projeto de acordo com o Marco Lógico (I)
 - 3.3.1. Introdução
 - 3.3.2. Análise da participação
 - 3.3.3. Critérios para a selecção dos beneficiários dos projetos
 - 3.3.4. Resumo dos resultados da análise da participação
 - 3.3.5. Dificuldades na análise da participação
 - 3.3.6. Regra de ouro da análise da participação
 - 3.3.7. Caso prático
 - 3.3.7.1. Doenças na comunidade do Montecito
 - 3.3.7.2. Análise da participação
 - 3.3.8. Bibliografia
- 3.4. Identificação do projeto de acordo com o Marco Lógico (II)
 - 3.4.1. Introdução
 - 3.4.2. Análise de problemas
 - 3.4.3. Como surge a árvore do problema?
 - 3.4.4. Passos para desenvolver uma árvore de problemas
 - 3.4.5. Problemas na elaboração de uma árvore de problemas
 - 3.4.6. Conclusão
 - 3.4.6.1. Análise dos objetivos
 - 3.4.6.2. Árvore de problemas
 - 3.4.7. Bibliografia
- 3.5. Identificação do projeto de acordo com o Marco Lógico (III)
 - 3.5.1. Análise de alternativas
 - 3.5.2. Como realizar a análise de alternativas?
 - 3.5.3. Critérios de avaliação de alternativas
 - 3.5.4. Sequência para realizar a análise de alternativas
 - 3.5.5. Conclusão
 - 3.5.6. Bibliografia
- 3.6. A abordagem do quadro lógico para a concepção do projeto
 - 3.6.1. Introdução
 - 3.6.2. Matriz de planeamento
 - 3.6.2.1. Lógica vertical
 - 3.6.2.2. Lógica horizontal
 - 3.6.3. Origem da matriz de planeamento
 - 3.6.4. Composição da matriz de planeamento
 - 3.6.5. Conteúdo da matriz de planeamento
 - 3.6.6. Bibliografia
- 3.7. Indicadores e avaliação de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento dos povos
 - 3.7.1. Introdução
 - 3.7.2. O que é a viabilidade?
 - 3.7.3. Factores de viabilidade
 - 3.7.4. Avaliação
 - 3.7.5. Tipos de avaliação
 - 3.7.6. Critérios de avaliação
 - 3.7.7. Concepção da avaliação
 - 3.7.8. Indicadores de avaliação
 - 3.7.9. Ferramentas de recolha e análise de dados
 - 3.7.10. Recompilação da informação
 - 3.7.11. Bibliografia
- 3.8. Concepção do projeto de acordo com a abordagem do quadro lógico (II): caso prático
 - 3.8.1. Introdução
 - 3.8.2. Exposição do caso prático
 - 3.8.2.1. Doenças na comunidade do Montecito
 - 3.8.3. Anexos
 - 3.8.4. Bibliografia

Módulo 4. Educação para o desenvolvimento humano e sustentável

- 4.1. A educação para o desenvolvimento humano e sustentável
 - 4.1.1. Introdução
 - 4.1.2. Crescimento económico, social e sustentável
 - 4.1.3. Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e educação
 - 4.1.4. Educação sobre e para o desenvolvimento sustentável
 - 4.1.4.1. Principais diferenças
 - 4.1.4.2. Sustentabilidade
 - 4.1.4.3. Desenvolvimento sustentável
 - 4.1.5. Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)
 - 4.1.6. Bibliografia
- 4.2. A educação para o desenvolvimento e a sua evolução
 - 4.2.1. Introdução
 - 4.2.2. Objetivos da educação para o desenvolvimento
 - 4.2.2.1. Finalidade das atividades da EPD
 - 4.2.2.2. Objetivo da EPD
 - 4.2.3. Dimensões da EPD
 - 4.2.4. História da EPD
 - 4.2.5. Reorientar a educação
 - 4.2.6. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável
 - 4.2.7. Exercícios para introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável
 - 4.2.7.1. Tudo ou nada
 - 4.2.7.2. Tudo ou nada (II)
 - 4.2.7.3. Observações sobre o jogo “tudo ou nada” II
 - 4.2.8. Bibliografia
- 4.3. Estratégias de Intervenção em Educação para o Desenvolvimento
 - 4.3.1. Educação formal, não formal e informal
 - 4.3.2. Reorientar a educação
 - 4.3.3. Componentes da educação para o desenvolvimento sustentável
 - 4.3.4. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável
 - 4.3.5. Problemas
 - 4.3.6. Quadro para o ensino ou discussão de questões ambientais
 - 4.3.7. Competência
 - 4.3.8. Perspetivas
 - 4.3.9. Bibliografia
- 4.4. Desafios do ED em Espanha e no mundo
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. Componente da EDS
 - 4.4.2.1. Valores
 - 4.4.3. Desafios e barreiras à ESD
 - 4.4.3.1. Desafios enfrentados pela ESD
 - 4.4.4. Bibliografia
- 4.5. Educação, participação e transformação social
 - 4.5.1. Introdução
 - 4.5.1.1. A administração durante a mudança
 - 4.5.2. Processo para provocar a mudança
 - 4.5.2.1. Tomar a decisão de agir
 - 4.5.2.2. Apoie a sua decisão com um motivo
 - 4.5.2.3. Prepare uma estratégia de comunicação para partilhar a sua visão com os grupos de interessados e a comunidade
 - 4.5.2.4. Preparar objetivos finais e intermédios
 - 4.5.2.5. Estabelecer responsabilidades e métodos para a avaliação programática
 - 4.5.2.6. Rever e rever os objetivos finais e intermédios
 - 4.5.2.7. Recompensas e celebrações
 - 4.5.3. Exercícios para criar objetivos de sustentabilidade para a comunidade através da participação do público
 - 4.5.3.1. Conheça os seus vizinhos
 - 4.5.3.2. Vamos construir um consenso
 - 4.5.3.3. A sua comunidade através da lente da sustentabilidade
 - 4.5.4. Bibliografia
- 4.6. Actores da ED
 - 4.6.1. Introdução
 - 4.6.2. Actores: a administração geral do Estado
 - 4.6.3. Actores: Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação: Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional e para a Ibero-América e as Caraíbas (SECIPIC)

- 4.6.4. Actores: Ministério da Educação e Ciência
- 4.6.5. Outros ministérios
- 4.6.6. Conselho de Cooperação
- 4.6.7. ONGD
- 4.6.8. Actores: Coordinadora de Organizaciones No Gubernamentales de Desarrollo de España (CONGDE) de Desarrollo de España (CONGDE)
- 4.6.9. Actores: Espaço europeu
- 4.6.10. Outros actores
 - 4.6.10.1. Meios de comunicação
 - 4.6.10.2. Redes, associações e movimentos sociais
- 4.6.11. Actores: universidades
- 4.6.12. Bibliografia
- 4.7. Educação para o desenvolvimento em contextos formais, não formais e informais
 - 4.7.1. Reorientar a educação existente
 - 4.7.1.1. Pontos a considerar
 - 4.7.1.2. A educação como uma grande esperança para um futuro sustentável
 - 4.7.2. A história da professora Mafalda
 - 4.7.2.1. Contexto
 - 4.7.2.2. Estrutura
 - 4.7.2.3. Atributos de cidadania global
 - 4.7.2.4. Recomendações práticas de acordo com alguns factores determinantes
 - 4.7.3. Bibliografia
- 4.8. Estratégia de cooperação comparativa ED
 - 4.8.1. Introdução
 - 4.8.2. Conceito de educação não formal
 - 4.8.3. Atividades da NFE no ensino não formal
 - 4.8.4. Educação informal
 - 4.8.5. Áreas de educação informal
 - 4.8.5.1. Meios de comunicação
 - 4.8.5.2. Campanhas de sensibilização de advocacia
 - 4.8.5.3. Estudos, investigação e publicações
 - 4.8.5.4. Internet e redes sociais
 - 4.8.6. Recomendações
 - 4.8.7. Bibliografia
- 4.9. Educação para o desenvolvimento. Áreas de ação de acordo com o plano diretor de cooperação
 - 4.9.1. Introdução
 - 4.9.2. Estratégia de educação para o desenvolvimento do Quinto Plano Diretor da CE
 - 4.9.3. Objetivos do Plano Diretor da EpD
 - 4.9.4. Estratégias sectoriais do Plano Diretor da AAE para a EpD
 - 4.9.4.1. PAS
 - 4.9.4.2. Estratégias
 - 4.9.5. As linhas estratégicas de ação da AECID para a EpD
 - 4.9.6. Geração de cidadania global em redes sociais
 - 4.9.7. Bibliografia
- 4.10. Projetos de ED em todo o mundo
 - 4.10.1. Introdução
 - 4.10.2. Economia social "Zafra Local" do movimento ONGD páramo, cooperação e desenvolvimento
 - 4.10.2.1. Em que se baseia este projeto?
 - 4.10.2.2. Objetivos do projeto
 - 4.10.2.3. A moeda local no coração do projeto
 - 4.10.2.4. Exemplos em Espanha
 - 4.10.2.5. Exemplos na Europa
 - 4.10.2.6. Dois formatos
 - 4.10.2.7. Moeda de apoio ao comércio local
 - 4.10.2.8. Moeda de apoio ao consumo local
 - 4.10.2.9. Moeda solidária
 - 4.10.2.10. Moeda justa
 - 4.10.2.11. Processo participativo
 - 4.10.3. Bibliografia

Módulo 5. Ação humanitária e cooperação internacional para o desenvolvimento

- 5.1. Ação humanitária
 - 5.1.1. Introdução
 - 5.1.2. O que é a ação humanitária?
 - 5.1.2.1. Conceitos/definição
 - 5.1.3. Definição de humanitário
 - 5.1.4. Para que serve a ajuda humanitária?
 - 5.1.5. Objetivos da ação humanitária
 - 5.1.6. Beneficiários da ação humanitária
 - 5.1.7. O conceito de alívio
 - 5.1.8. Assistência de emergência
 - 5.1.8.1. Linhas de ação para a assistência de emergência
 - 5.1.9. Ajuda Humanitária
 - 5.1.9.1. Diferenças entre a ajuda humanitária e a ação humanitária
 - 5.1.10. Conclusões
 - 5.1.11. Bibliografia
- 5.2. Ação humanitária e cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 5.2.1. Introdução
 - 5.2.2. História da ação humanitária
 - 5.2.2.1. Humanitarismo moderno
 - 5.2.2.2. Desenvolvimentos
 - 5.2.3. Princípios Éticos e Operacionais da Ação Humanitária
 - 5.2.4. Princípios humanitários
 - 5.2.4.1. Dilemas que eles trazem
 - 5.2.5. Humanidade
 - 5.2.5.1. Definição e dilemas
 - 5.2.6. Imparcialidade
 - 5.2.6.1. Definição e dilemas
 - 5.2.7. Neutralidade
 - 5.2.7.1. Definição e dilemas
 - 5.2.8. Independência
 - 5.2.8.1. Definição e dilemas
 - 5.2.9. Universalidade
 - 5.2.9.1. Definição e dilemas
 - 5.2.10. Conclusões
 - 5.2.11. Bibliografia
- 5.3. Conteúdos e objetivos específicos da ação humanitária (I)
 - 5.3.1. Introdução
 - 5.3.2. Ações humanitárias e cooperação para o desenvolvimento
 - 5.3.2.1. O humanitarismo clássico e o novo humanitarismo
 - 5.3.2.2. Ligar emergência e desenvolvimento
 - 5.3.3. Enfoque VARD
 - 5.3.3.1. Conceito de *continuum* e *contiguum*
 - 5.3.4. Ação humanitária e VARD
 - 5.3.5. Preparação, mitigação e prevenção
 - 5.3.6. Redução das vulnerabilidades e reforço das capacidades
 - 5.3.7. Bibliografia
- 5.4. Conteúdo e objetivos específicos da ação humanitária (II)
 - 5.4.1. Proteção das vítimas
 - 5.4.1.1. O direito de asilo e refúgio
 - 5.4.1.2. Interferências humanitárias
 - 5.4.2. Controlo/monitorização internacional do respeito
 - 5.4.3. Testemunhar e denunciar violações de DRH
 - 5.4.4. A pressão política (Lobby) das ONG
 - 5.4.4.1. Acompanhamento e presença internacional
 - 5.4.5. Ação política de alto nível
 - 5.4.6. Códigos de conduta
 - 5.4.7. Projeto ESFERA
 - 5.4.7.1. A carta humanitária
 - 5.4.7.2. Os Padrões Mínimos
 - 5.4.7.3. O Padrão Humanitário Principal
 - 5.4.7.4. Avaliação da ação humanitária
 - 5.4.7.5. Porquê avaliar a ação humanitária?
 - 5.4.8. Bibliografia

- 5.5. Actores da ação humanitária
 - 5.5.1. Introdução
 - 5.5.2. O que são os actores da ação humanitária?
 - 5.5.3. A população afetada
 - 5.5.4. Governos afetados
 - 5.5.5. As ONG
 - 5.5.6. O movimento internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
 - 5.5.7. Governos doadores
 - 5.5.8. Agências humanitárias da ONU
 - 5.5.9. A União Europeia
 - 5.5.10. Outros actores
 - 5.5.10.1. Entidades do sector privado
 - 5.5.10.2. Meios de comunicação
 - 5.5.10.3. Forças militares
 - 5.5.11. Bibliografia
- 5.6. Principais desafios para os actores e a ação humanitária
 - 5.6.1. Introdução
 - 5.6.2. A Cimeira Humanitária Mundial
 - 5.6.2.1. A Agenda para a Humanidade
 - 5.6.3. Necessidades fundamentais para olhar para o futuro
 - 5.6.4. Aumentar o peso e a capacidade dos actores locais
 - 5.6.4.1. Carta para a Mudança
 - 5.6.5. Desafios organizativos para as ONG a nível internacional
 - 5.6.6. A necessidade de as Nações Unidas considerarem as questões humanitárias como globais
 - 5.6.7 Bibliografia
- 5.7. OCAH (Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários)
 - 5.7.1. Objetivos
 - 5.7.2. As Nações Unidas
 - 5.7.3. ONU e ação humanitária
 - 5.7.4. Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCAH)
 - 5.7.4.1. As origens do OCAH
 - 5.7.4.2. A evolução da OCAH
 - 5.7.4.3. A reforma humanitária de 2005
 - 5.7.4.4. A abordagem de agrupamento
 - 5.7.4.5. Os instrumentos de coordenação da OCAH
 - 5.7.4.6. A missão da OCAH
 - 5.7.4.7. Plano Estratégico 2018-2021 da OCAH
 - 5.7.5. Bibliografia
- 5.8. O Gabinete de Ação Humanitária OAH
 - 5.8.1. Objetivos
 - 5.8.2. A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
 - 5.8.3. Ação humanitária espanhola
 - 5.8.4. AECID e o Gabinete de Ação Humanitária (OAH)
 - 5.8.5. O Gabinete de Ação Humanitária (OAH)
 - 5.8.5.1. Os objetivos e funções da OAH
 - 5.8.5.2. O financiamento da OAH
 - 5.8.6. Bibliografia
- 5.9. Estratégias Comparativas de Ação Humanitária para o Desenvolvimento
 - 5.9.1. Objetivos
 - 5.9.2. Introdução
 - 5.9.3. Participação de Espanha na Cimeira Mundial Humanitária
 - 5.9.3.1. Tendências na cimeira do Gabinete de Ação Humanitária da AECID
 - 5.9.4. O V Plano Diretor da Cooperação Espanhola para o Desenvolvimento 2018-2021
 - 5.9.5. O projeto START
 - 5.9.5.1. Objetivos e finalidade do projeto START
 - 5.9.5.2. A equipa do projeto START
 - 5.9.6. Conclusão
 - 5.9.7. Bibliografia

Módulo 6. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- 6.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
 - 6.1.1. Introdução
 - 6.1.2. Conceito e definição dos Direitos Humanos
 - 6.1.3. Declaração Universal dos Direitos do Homem
 - 6.1.3.1. O que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem?
 - 6.1.3.2. Autores da declaração universal dos direitos humanos
 - 6.1.3.3. Preâmbulo da declaração universal dos direitos humanos
 - 6.1.3.4. Artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem
 - 6.1.4. Bibliografia
- 6.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 6.2.1. O que é o Direito Internacional Humanitário? (DIH)
 - 6.2.2. Ramo do DIH
 - 6.2.3. Convenção de Genebra e normas fundamentais que sustentam as Convenções de Genebra
 - 6.2.4. Âmbito de aplicação do direito internacional dos direitos humanos
 - 6.2.4.1. Proibições e restrições gerais sobre certos métodos e meios de guerra
 - 6.2.4.2. Proibições e restrições específicas
 - 6.2.5. Quando é que o DIH se aplica?
 - 6.2.6. Quem protege o DIH e como?
 - 6.2.7. Bibliografia
- 6.3. A ONU e os DH
 - 6.3.1. A ONU (Organização das Nações Unidas)
 - 6.3.1.1. O que é isso?
 - 6.3.1.2. História da ONU
 - 6.3.1.3. A ONU e os direitos humanos
 - 6.3.2. Como é que a ONU promove e protege os direitos humanos?
 - 6.3.2.1. Alto Comissário para os Direitos Humanos
 - 6.3.2.2. Conselho dos Direitos Humanos
 - 6.3.2.3. UNDG-HRM
 - 6.3.2.4. Consultores especiais sobre a prevenção do genocídio e a responsabilidade de proteger
 - 6.3.3. Conclusões
 - 6.3.4. Bibliografia
- 6.4. Instrumentos de proteção dos DH e da ONU
 - 6.4.1. Introdução
 - 6.4.2. Instrumentos jurídicos que ajudam a ONU na proteção dos direitos humanos dos direitos humanos
 - 6.4.2.1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos
 - 6.4.2.2. Democracia
 - 6.4.2.3. Outros organismos da ONU encarregados de proteger os direitos humanos
 - 6.4.3. Vários organismos que lidam com diferentes questões
 - 6.4.4. Secretário-Geral
 - 6.4.5. Operações de paz das Nações Unidas
 - 6.4.6. Comissão sobre o Estatuto da Mulher
 - 6.4.7. Bibliografia
- 6.5. O direito internacional e os direitos humanos
 - 6.5.1. Introdução
 - 6.5.2. O que é o direito internacional dos direitos humanos?
 - 6.5.2.1. Características do direito internacional dos direitos humanos
 - 6.5.3. Principais diferenças entre o direito humanitário internacional e o direito internacional dos direitos humanos
 - 6.5.4. Crimes contra a humanidade
 - 6.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história
 - 6.5.5. Bibliografia
- 6.6. Organizações não-governamentais e DH
 - 6.6.1. Introdução
 - 6.6.1.1. O que é uma ONGD?
 - 6.6.2. As ONG e os direitos humanos
 - 6.6.3. Categorias de ONG de direitos humanos
 - 6.6.4. Principais características das ONG de direitos humanos
 - 6.6.5. Bibliografia

- 6.7. Violações dos DH no mundo
 - 6.7.1. Introdução
 - 6.7.2. Casos de violação dos Direitos Humanos (DH) por artigos
 - 6.7.2.1. Artigo 3: Direito a viver em liberdade
 - 6.7.2.2. Artigo 4: Sem escravatura
 - 6.7.2.3. Artigo 5: Sem tortura
 - 6.7.2.4. Artigo 13: Liberdade de movimento
 - 6.7.2.5. Artigo 18: Liberdade de pensamento
 - 6.7.2.6. Artigo 19: Liberdade de expressão
 - 6.7.2.7. Artigo 21: Direito à democracia
 - 6.7.3. Bibliografia
- 6.8. Direitos humanos ambientais
 - 6.8.1. A proteção ambiental como um direito humano
 - 6.8.2. Será que o ambiente tem direitos?
 - 6.8.3. Evolução dos direitos humanos face a casos sem direitos
 - 6.8.4. Direitos da natureza. Desenvolvimentos
 - 6.8.4.1. Declaração de intenções. Relator especial
 - 6.8.5. Direito do ambiente
 - 6.8.5.1. PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente)
 - 6.8.6. Bibliografia
- 6.9. ONG de direitos humanos
 - 6.9.1. Introdução
 - 6.9.2. Lista de ONG que trabalham em prol dos direitos humanos
 - 6.9.2.1. 1Kg de Ajuda
 - 6.9.2.2. A.B. Soleil d'Afrique
 - 6.9.2.3. Aasara
 - 6.9.2.4. Ação Andina
 - 6.9.2.5. Ação Global Solidária
 - 6.9.2.6. Ação Verapaz
 - 6.9.2.7. ADANE (Amics per al Desenvolupament a l'Àfrica Negra)
 - 6.9.3. Bibliografia

Módulo 7. Comunicação social e transformadora

- 7.1. Fundamentos da comunicação
 - 7.1.1. Introdução
 - 7.1.2. O que é a comunicação?
 - 7.1.2.1. Conceito e definição
 - 7.1.3. Objetivos, públicos e mensagens
 - 7.1.4. Direito à informação e à comunicação
 - 7.1.4.1. Liberdade de expressão
 - 7.1.5. Acesso e participação
 - 7.1.6. Breve visão geral dos meios de comunicação por tipologia
 - 7.1.6.1. Imprensa escrita
 - 7.1.6.2. Rádio
 - 7.1.6.3. Televisão
 - 7.1.6.4. Internet e redes sociais
 - 7.1.7. Conclusões
- 7.2. Comunicação e poder na era digital
 - 7.2.1. O que é o poder?
 - 7.2.1.1. O poder na era digital
 - 7.2.2. Falsas notícias, monitorização e fugas de informação
 - 7.2.3. Meios de comunicação social de propriedade pública
 - 7.2.4. Meios comerciais
 - 7.2.4.1. Grandes conglomerados na Europa
 - 7.2.4.2. Grandes conglomerados na América Latina
 - 7.2.4.3. Outros conglomerados
 - 7.2.5. Meios de comunicação alternativos
 - 7.2.5.1. Evolução dos meios de comunicação alternativos em Espanha
 - 7.2.5.2. Tendências atuais
 - 7.2.5.3. O problema do financiamento
 - 7.2.5.4. Jornalismo profissional/jornalismo ativista
 - 7.2.6. Iniciativas para a democratização da comunicação
 - 7.2.6.1. Exemplos na Europa
 - 7.2.6.2. Exemplos na América Latina
 - 7.2.7. Conclusões

- 7.3. Comunicação e cooperação internacional
 - 7.3.1. A comunicação social
 - 7.3.1.1. Conceito
 - 7.3.1.2. Temáticas
 - 7.3.2. Actores: associações e centros de investigação
 - 7.3.2.1. Movimentos sociais
 - 7.3.3. Colaboração e redes de intercâmbio
 - 7.3.4. Cooperação, educação para a transformação social e comunicação
 - 7.3.4.1. Tipos de comunicação das ONGD
 - 7.3.5. Códigos de conduta
 - 7.3.5.1. Marketing social
 - 7.3.6. Educação-comunicação
 - 7.3.7. Trabalhar com meios alternativos
 - 7.3.8. Trabalhar com os meios de comunicação social públicos e comerciais
 - 7.3.9. Comunicação e cooperação em tempos de crise
 - 7.3.9.1. Impactos sobre o ambiente técnico e de trabalho
 - 7.3.9.2. Impactos nos movimentos sociais
 - 7.3.10. Tensões entre o jornalismo profissional e o jornalismo ativista
- 7.4. Comunicação e igualdade de género
 - 7.4.1. Introdução
 - 7.4.2. Conceitos fundamentais
 - 7.4.3. As mulheres nos meios de comunicação social
 - 7.4.3.1. Representação e visibilidade
 - 7.4.4. Produção de meios e tomada de decisões
 - 7.4.5. A Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo J)
 - 7.4.6. Comunicação feminista e linguagem inclusiva
 - 7.4.6.1. Conceitos básicos
 - 7.4.7. Como identificar e evitar os estereótipos?
 - 7.4.8. Diretrizes, boas práticas
 - 7.4.9. Exemplos de iniciativas
 - 7.4.10. Conclusões
- 7.5. Comunicação e desenvolvimento sustentável
 - 7.5.1. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
 - 7.5.1.1. Proposta e limites
 - 7.5.2. O Antropoceno
 - 7.5.2.1. Alterações climáticas e desenvolvimento humano
 - 7.5.3. Comunicação da ONGD sobre "catástrofes naturais"
 - 7.5.3.1. Cobertura habitual nos meios de comunicação social
 - 7.5.4. Possibilidades de advocacia por ONGD
 - 7.5.5. Defensores do ambiente na América Latina
 - 7.5.5.1. Os dados: ameaças e mortes
 - 7.5.6. Como podem as ONGD comunicar o trabalho dos defensores dos direitos humanos?
- 7.6. Comunicação e migração
 - 7.6.1. Introdução
 - 7.6.2. Principais conceitos e dados
 - 7.6.3. O discurso do ódio e a sua base
 - 7.6.3.1. Desumanização e vitimização
 - 7.6.4. Necropolítica
 - 7.6.5. Cobertura habitual nos meios de comunicação social
 - 7.6.6. Redes sociais, WhatsApp e fraudes
 - 7.6.7. Possibilidades de advocacia por ONGD
 - 7.6.7.1. Como reconhecer os preconceitos?
 - 7.6.7.2. Vencer o Eurocentrismo
 - 7.6.8. Boas práticas e orientações sobre comunicação e migração
 - 7.6.9. Conclusões
- 7.7. Comunicação e construção da paz
 - 7.7.1. Introdução
 - 7.7.2. Jornalismo de paz vs. Jornalismo de guerra
 - 7.7.2.1. Características
 - 7.7.3. Breve panorama histórico do belicismo
 - 7.7.4. Comunicação sobre conflitos armados e processos de paz
 - 7.7.5. Jornalistas em conflito armado
 - 7.7.6. Possibilidades para as ONGD
 - 7.7.6.1. Mudar o foco para a solução
 - 7.7.7. Investigação e orientações

- 7.8. Educomunicação para caminhar
 - 7.8.1. Introdução
 - 7.8.2. Pedagogia e educação popular
 - 7.8.3. Literacia mediática
 - 7.8.4. Projetos de educomunicação
 - 7.8.4.1. Características
 - 7.8.4.2. Agentes
 - 7.8.5. Mainstreaming da Comunicação para a Mudança Social
 - 7.8.5.1. A componente de comunicação em outros projetos
 - 7.8.6. A importância da comunicação interna nas ONGD
 - 7.8.7. Comunicação aos parceiros e colaboradores
 - 7.8.8. Conclusões
- 7.9. Cultura digital e ONGs de desenvolvimento
 - 7.9.1. Introdução
 - 7.9.2. Mudanças de paradigma e novos espaços
 - 7.9.2.1. Características e principais actores e redes
 - 7.9.3. A tirania do clique
 - 7.9.4. A imposição da brevidade
 - 7.9.5. Participação dos cidadãos na sociedade digital
 - 7.9.5.1. Mudanças na solidariedade e ativismo na cultura digital
 - 7.9.6. Promover a participação das ONGD nos espaços digitais
 - 7.9.7. Indicadores de comunicação 2.0 nas ONGD
 - 7.9.8. Conclusões
- 7.10. Na prática
 - 7.10.1. Introdução
 - 7.10.2. Elaboração de planos de comunicação organizacional
 - 7.10.2.1. Introdução de planos de comunicação
 - 7.10.3. Planos de comunicação para projetos e ações
 - 7.10.4. Conteúdos básicos e erros comuns em páginas web
 - 7.10.5. Planos de publicação em redes sociais
 - 7.10.6. Gestão de crises e aspetos imprevistos nas redes sociais
 - 7.10.7. Assunto, verbo e predicado
 - 7.10.7.1. Recordando noções
 - 7.10.8. Conclusões

Módulo 8. Igualdade e cooperação

- 8.1. Géneros e cooperação
 - 8.1.1. Introdução
 - 8.1.2. Conceitos fundamentais
 - 8.1.2.1. A considerar sobre o género
 - 8.1.3. Capacitação
 - 8.1.3.1. Introdução
 - 8.1.3.2. Conceito de empowerment
 - 8.1.3.3. O que é o empoderamento?
 - 8.1.3.4. Breve referência histórica de empoderamento
 - 8.1.4. O movimento feminista no mundo
 - 8.1.4.1. Conceito
 - 8.1.4.2. Uma breve história do feminismo no mundo
 - 8.1.5. Bibliografia
- 8.2. Evolução histórica dos movimentos feministas. Principais correntes
 - 8.2.1. Introdução
 - 8.2.1.1. Antecedentes históricos
 - 8.2.2. As precursoras do movimento feminista
 - 8.2.3. Sufragistas nos Estados Unidos e Europa
 - 8.2.4. Sufragismo na América Latina
 - 8.2.5. Feminismo como um movimento social ou novo feminismo
 - 8.2.6. O feminismo contemporâneo
 - 8.2.6.1. Feminismos do século XXI
 - 8.2.6.2. Evolução dos movimentos feministas de destaque
 - 8.2.7. Bibliografia
- 8.3. Patriarcados regionais e movimentos de mulheres
 - 8.3.1. Patriarcado
 - 8.3.1.1. Introdução
 - 8.3.1.2. Conceito de patriarcado
 - 8.3.1.3. Conceito de matriarcado
 - 8.3.1.4. Principais características do patriarcado no mundo

- 8.3.2. Movimentos históricos influentes de mulheres no mundo
 - 8.3.2.1. Evolução dos direitos da mulher
 - 8.3.2.1.1. Primeira convenção dos direitos da mulher
 - 8.3.2.1.2. Dia Internacional da Mulher: Um Dia para a Mulher
 - 8.3.2.1.3. Medicamentos contra a mutilação genital feminina
 - 8.3.2.1.4. A revolta das mulheres em Aba
 - 8.3.2.1.5. O mundo do trabalho em mudança
 - 8.3.2.1.6. No trabalho e em greve, com força
 - 8.3.2.1.7. Nascem as nações unidas
 - 8.3.2.1.8. Para as mulheres do mundo
 - 8.3.2.1.9. As borboletas inesquecíveis
 - 8.3.2.1.10. Ativistas, unir
 - 8.3.2.1.11. CEDAW
 - 8.3.2.1.12. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres
 - 8.3.2.1.13. Programa de Ação da CIPD
 - 8.3.2.1.14. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim
 - 8.3.2.1.15. Resolução 1325 do Conselho de Segurança
 - 8.3.2.1.16. Declaração do Milênio das Nações Unidas
 - 8.3.2.1.17. Ação coletiva para a paz
 - 8.3.2.1.18. O Bando Gulabi: Justiça para as Mulheres
 - 8.3.2.1.19. Fazer frente ao status quo
 - 8.3.3. Bibliografia
- 8.4. Divisão do trabalho: arranjos tradicionais e dinâmicas contemporâneas
 - 8.4.1. Introdução
 - 8.4.2. Divisão sexual do trabalho
 - 8.4.2.1. Restrições intrínsecas e extrínsecas à participação das mulheres no mercado de trabalho
 - 8.4.2.2. Segregação vertical e horizontal das mulheres em trabalho remunerado
 - 8.4.2.3. Masculinidades e trabalho remunerado
 - 8.4.3. Divisão do trabalho entre homens e mulheres
 - 8.4.4. Feminização da pobreza
 - 8.4.5. Dados sobre a participação da força de trabalho, disparidades de gênero e diferentes formas de inserção no mercado de trabalho
 - 8.4.5.1. Indicadores
 - 8.4.5.2. Mulheres empregadas por ramo de atividade
 - 8.4.5.3. Empregado por tipo de ocupação
 - 8.4.5.4. Mulheres empregadas por estatuto profissional
 - 8.4.5.5. Empregado por tipo de emprego
- 8.5. Políticas de cuidados e economia
 - 8.5.1. Cuidados para a vida
 - 8.5.2. Efeitos na vida das mulheres
 - 8.5.2.1. Valor associado ao trabalho não remunerado na esfera doméstica e outras tarefas de cuidados
 - 8.5.2.2. Noção de reconciliação
 - 8.5.2.3. Medidas adotadas para alcançar o equilíbrio trabalho-vida
 - 8.5.3. Atividades de cuidados e tarefas domésticas. Crianças que frequentam centros de educação e cuidados. Domicílios com dependentes
 - 8.5.3.1. Frequência semanal de cuidados e atividades domésticas. Espanha e UE-28
 - 8.5.3.2. Horas por semana gastas em atividades de cuidados e tarefas domésticas
 - 8.5.3.3. Pessoas com 16 anos ou mais que cuidam de pessoas dependentes (por idade e sexo)
 - 8.5.4. Novas masculinidades
 - 8.5.5. Bibliografia
- 8.6. Gênero e migração
 - 8.6.1. Causas e situação global da migração
 - 8.6.2. Desenvolvimento histórico da migração
 - 8.6.3. Fenômeno de feminização da migração
 - 8.6.4. Características dos fluxos migratórios de uma perspectiva de gênero
 - 8.6.5. Efeitos dos processos migratórios nas mulheres
 - 8.6.6. Conclusão
 - 8.6.7. Estratégia de migração sensível ao gênero
 - 8.6.8. Bibliografia

- 8.7. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento numa Perspetiva de Género
 - 8.7.1. Introdução
 - 8.7.2. O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento
 - 8.7.2.1. Objetivos da cooperação espanhola internacional para o desenvolvimento
 - 8.7.2.2. Políticas e instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento numa perspetiva de género
 - 8.7.2.3. Linhas estratégicas de trabalho sobre a integração da perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 8.7.3. Género e *advocacy*
 - 8.7.4. Género e desenvolvimento
 - 8.7.5. Planeamento sensível ao género
 - 8.7.5.1. Diretrizes para processos de planeamento
 - 8.7.6. Quadros de Parceria por País (QPP) e instrumentos de cooperação espanhóis disponíveis
 - 8.7.7. Diretrizes para a integração
 - 8.7.7.1. Lista de verificação
 - 8.7.7.2. Lista de verificação para a fase 1. Etapa 0
 - 8.7.8. Bibliografia
- 8.8. Políticas públicas com uma perspetiva de género
 - 8.8.1. Introdução
 - 8.8.2. Economia do desenvolvimento
 - 8.8.2.1. Fundamentos económicos do desenvolvimento
 - 8.8.2.2. Definição de economia do desenvolvimento
 - 8.8.2.3. Evolução da economia do desenvolvimento
 - 8.8.3. Economia de género
 - 8.8.4. Políticas públicas com uma perspetiva de género
 - 8.8.5. Metodologia de orçamentação com base no género
 - 8.8.6. Índices de desenvolvimento humano relacionados com o género
 - 8.8.6.1. Conceito
 - 8.8.6.2. Parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano
 - 8.8.7. Bibliografia

- 8.9. A Perspetiva de Género na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 8.9.1. O género na cooperação internacional. Evolução histórica
 - 8.9.2. Conceitos básicos
 - 8.9.2.1. Igualdade de género
 - 8.9.2.2. Igualdade de género
 - 8.9.2.3. Identidade de género
 - 8.9.2.4. Masculinidades
 - 8.9.2.5. Patriarcado
 - 8.9.2.6. Divisão sexual do trabalho
 - 8.9.2.7. Papéis de género
 - 8.9.2.8. Abordagem sectorial
 - 8.9.2.9. Abordagem transversal
 - 8.9.2.10. Necessidades práticas
 - 8.9.2.11. Interesses estratégicos de género
 - 8.9.3. Porque é que o género deve ser integrado nos processos de desenvolvimento?
 - 8.9.4. Decálogo para a Integração da Perspetiva de Género
 - 8.9.5. Indicadores de género
 - 8.9.5.1. Conceito
 - 8.9.5.2. Áreas às quais os indicadores podem ser endereçados
 - 8.9.5.3. Características dos indicadores de género
 - 8.9.5.4. Finalidade dos indicadores de género
 - 8.9.6. Bibliografia

Módulo 9. Direitos ambientais

- 9.1. Direito do Ambiente
 - 9.1.1. Introdução
 - 9.1.2. O que é isso?
 - 9.1.3. O que é o direito ambiental?
 - 9.1.4. Características do direito ambiental
 - 9.1.5. Natureza jurídica
 - 9.1.6. Antecedentes
 - 9.1.7. História
 - 9.1.8. Objetivo do direito ambiental
 - 9.1.8.1. Fontes

- 9.1.9. Princípios
- 9.1.10. Fins
- 9.2. Direitos ambientais
 - 9.2.1. O que entendemos por ambiente?
 - 9.2.2. Quais são os nossos direitos ambientais?
 - 9.2.2.1. O que são eles?
 - 9.2.3. O direito a um ambiente saudável
 - 9.2.4. Direito de acesso à informação
 - 9.2.5. Direito à participação na gestão ambiental
 - 9.2.6. Direito de acesso à justiça ambiental
 - 9.2.7. Princípios gerais do direito ambiental
 - 9.2.8. Conferências e acordos internacionais
 - 9.2.8.1. Estocolmo 1972
 - 9.2.8.2. Rio de Janeiro 1992
 - 9.2.9. Regras de proteção dos direitos ambientais
 - 9.2.10. Conclusão
- 9.3. Deveres do direito ambiental
 - 9.3.1. Introdução
 - 9.3.2. O que são deveres ambientais?
 - 9.3.2.1. Definição e conceito
 - 9.3.3. O que são os Direitos Ambientais?
 - 9.3.4. Dever de conservar o ambiente
 - 9.3.5. Dever de cumprir os regulamentos ambientais
 - 9.3.6. Dever de conduzir a vigilância pública
 - 9.3.7. Dever de informar
 - 9.3.8. Dever para danos ambientais
 - 9.3.9. Conclusões
- 9.4. Participação dos cidadãos na proteção ambiental
 - 9.4.1. Introdução
 - 9.4.2. Monitorização ambiental participativa
 - 9.4.2.1. Introdução
 - 9.4.2.2. Conceito de monitorização
 - 9.4.2.3. O que é a monitorização ambiental participativa?
 - 9.4.2.4. Para que serve?
 - 9.4.2.5. Quem pode participar?
 - 9.4.2.6. Plano participativo de monitorização ambiental
 - 9.4.2.7. Área de influência de um projeto ou atividade
 - 9.4.2.8. Etapas da monitorização ambiental participativa
 - 9.4.2.9. Fases
- 9.5. Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA)
 - 9.5.1. Introdução
 - 9.5.2. Definição e conceito
 - 9.5.3. Objetivos do PNUMA
 - 9.5.3.1. Objetivo geral
 - 9.5.4. História e Evolução
 - 9.5.4.1. Onde e quando nasceu o PNUA?
 - 9.5.5. Missão do PNUA
 - 9.5.6. Atividades
 - 9.5.7. Localização do PNUA
 - 9.5.7.1. Nível nacional e internacional
 - 9.5.8. Quarto Programa de Montevideo para o Desenvolvimento e Revisão Periódica do Direito Ambiental
 - 9.5.8.1. Conceito, objetivos e finalidade
 - 9.5.9. Conclusão
- 9.6. Alterações ambientais globais e alterações climáticas
 - 9.6.1. Introdução
 - 9.6.2. Ambiente global
 - 9.6.2.1. Conceito
 - 9.6.3. Alterações climáticas
 - 9.6.3.1. Conceito
 - 9.6.4. Evolução da teoria das alterações climáticas
 - 9.6.5. Mudança ambiental global
 - 9.6.5.1. Passado e presente
 - 9.6.6. Características da mudança ambiental global
 - 9.6.6.1. Alteração do nível do mar
 - 9.6.7. Consequências da mudança ambiental global
 - 9.6.8. Perigos, riscos e vulnerabilidade futura
 - 9.6.9. Alterações climáticas e impacto na agricultura
 - 9.6.10. Estratégias e dilemas de cópia
 - 9.6.10.1. Migração

- 9.7. Direitos ambientais no mundo
 - 9.7.1. Introdução
 - 9.7.2. Países que lutam pelos direitos ambientais
 - 9.7.3. Equador
 - 9.7.4. Espanha
 - 9.7.5. México
 - 9.7.6. Perú
 - 9.7.7. O desenvolvimento sustentável
 - 9.7.7.1. Conceito
 - 9.7.8. História e evolução
 - 9.7.9. Desenvolvimento Sustentável (DS) Óptica
 - 9.7.10. Lei Geral sobre Desenvolvimento Florestal Sustentável
 - 9.7.10.1. Descrição
 - 9.7.10.2. Objetivo

Módulo 10. ONG e solidariedade local, regional e internacional

- 10.1. As ONG
 - 10.1.1. Introdução
 - 10.1.2. Significado da sigla ONG
 - 10.1.3. O que é uma ONG?
 - 10.1.3.1. Definição e conceito
 - 10.1.4. Condições das ONG
 - 10.1.5. História e evolução das ONG
 - 10.1.5.1. Quando e como é que surgiram?
 - 10.1.6. Funções das ONG
 - 10.1.7. Financiamento de ONG
 - 10.1.7.1. Financiamento público
 - 10.1.7.2. Financiamento privado
 - 10.1.8. Tipos de ONG
 - 10.1.9. Funcionamento de uma ONG
 - 10.1.10. O trabalho das ONG
- 10.2. Tipos de ONG
 - 10.2.1. Introdução
 - 10.2.2. Classificação global das ONG
 - 10.2.2.1. Tipos de classificação
 - 10.2.3. Tipos de ONG de acordo com a sua orientação
 - 10.2.3.1. Quantos tipos por orientação existem?
 - 10.2.4. ONG de Caridade
 - 10.2.5. ONGs de serviços
 - 10.2.6. ONG participativas
 - 10.2.7. ONGs de Defesa
 - 10.2.8. Tipos de ONG de acordo com a sua área de ação
 - 10.2.8.1. Áreas
 - 10.2.9. ONG de base comunitária
 - 10.2.10. ONG cidadã
 - 10.2.11. ONGs nacionais
 - 10.2.12. ONG internacionais
- 10.3. As ONG: Desenvolvimento e Solidariedade
 - 10.3.1. Introdução
 - 10.3.2. Mudanças na cooperação internacional para o desenvolvimento dos Povos e a sua relação com as ONG
 - 10.3.2.1. Linhas principais
 - 10.3.3. O "terceiro mundo" e as ONG
 - 10.3.4. A era humanitária. Da intervenção à aldeia global
 - 10.3.4.1. Médicos sem fronteiras, médicos do mundo, etc.
 - 10.3.5. Movimentos contra o terceiro mundo
 - 10.3.6. ONG e ciência
 - 10.3.6.1. Investigação científica
 - 10.3.7. A força de trabalho das ONG
 - 10.3.8. Enviesamentos ideológicos das ONG
 - 10.3.9. Conclusão
- 10.4. Legislação das ONG
 - 10.4.1. Que tipo de legislação é aplicável às ONG?
 - 10.4.1.1. Introdução
 - 10.4.2. Leis específicas

- 10.4.3. Leis genéricas
- 10.4.4. Legislação estatal
 - 10.4.4.1. Tipos de leis e decretos
- 10.4.5. Regulamentos regionais
 - 10.4.5.1. Introdução
- 10.4.6. Norma da Comunidade Autónoma Andaluza
- 10.4.7. Regulamentação autónoma das Ilhas Canárias
- 10.4.8. Regulação autónoma da Catalunha
- 10.4.9. Regras autónomas do País Basco
- 10.4.10 Obrigações das associações
- 10.5. Tipos de associações existentes
 - 10.5.1. Introdução
 - 10.5.2. Diferenças entre associações, sindicatos, federações ou coordenadores e conferências
 - 10.5.3. Associações de jovens
 - 10.5.3.1. Definição e conceito
 - 10.5.4. Legislação sobre associações de jovens
 - 10.5.5. Principais características das associações juvenis
 - 10.5.6. Coordenadores
 - 10.5.6.1. Definição e conceito
 - 10.5.6.2. Objetivos
 - 10.5.7. Características dos coordenadores
 - 10.5.8. Federações
 - 10.5.8.1. Definição e conceito
 - 10.5.9. Características e objetivos das federações
 - 10.5.10. Tipos de federações
- 10.6. AECID e outras agências de cooperação regional
 - 10.6.1. Introdução
 - 10.6.2. A AECID
 - 10.6.2.1. Significado dos acrónimos
 - 10.6.3. Definição e conceito
 - 10.6.4. Objetivos
 - 10.6.5. Missão
 - 10.6.5.1. Visão da agência
 - 10.6.6. Estrutura
 - 10.6.7. Gabinetes Técnicos da AECID
 - 10.6.8. Modalidades e instrumentos de cooperação
 - 10.6.9. Fundo para a promoção do desenvolvimento
 - 10.6.10. Conclusão
- 10.7. Sectores de Cooperação da AECID
 - 10.7.1. Introdução
 - 10.7.2. Água e saneamento
 - 10.7.2.1. Como é que funcionam?
 - 10.7.3. Crescimento económico
 - 10.7.3.1. Como é que funcionam?
 - 10.7.4. Cultura e Ciência
 - 10.7.4.1. Como funcionam?
 - 10.7.5. Género
 - 10.7.5.1. Como é que funcionam?
 - 10.7.6. Educação
 - 10.7.6.1. Como é que funcionam?
 - 10.7.7. Desenvolvimento rural, segurança alimentar e nutrição
 - 10.7.7.1. Como é que funcionam?
 - 10.7.8. Governação democrática
 - 10.7.8.1. Como é que funcionam?
 - 10.7.9. Meio ambiente e alterações climáticas
 - 10.7.9.1. Como é que funcionam?
 - 10.7.10. Saúde
 - 10.7.10.1. Como é que funcionam?
- 10.8. Países onde a AECID coopera
 - 10.8.1. Introdução
 - 10.8.2. Prioridades geográficas
 - 10.8.2.1. O que são?
 - 10.8.3. Países e territórios em parceria
 - 10.8.3.1. Presente e futuro
 - 10.8.4. América Latina
 - 10.8.4.1. 12 projetos
 - 10.8.5. Caraíbas
 - 10.8.6. Norte de África e Médio Oriente
 - 10.8.6.1. Quatro projetos

- 10.8.7. África Sub-Sahariana Ocidental
 - 10.8.7.1. Três projetos
- 10.8.8. África Central, Oriental e Austral
 - 10.8.8.1. Três projetos
- 10.8.9. Ásia
 - 10.8.9.1. Um projeto
- 10.9. Estratégia e gestão de uma ONG
 - 10.9.1. Introdução
 - 10.9.2. Gestão de uma ONG
 - 10.9.3. Planeamento estratégico da ONG
 - 10.9.3.1. O que é isso?
 - 10.9.3.2. Como é que isto é feito?
 - 10.9.4. Gerir a qualidade da ONG
 - 10.9.4.1. Qualidade e compromisso
 - 10.9.5. Intervenientes
 - 10.9.5.1. Relação com as partes interessadas
 - 10.9.6. Responsabilidade social da ONG
 - 10.9.7. Risco ético de terceiros
 - 10.9.8. Relação entre as ONG e o sector privado
 - 10.9.9. Transparência e prestação de contas
 - 10.9.10 Conclusão
- 10.10. ONGs nacionais e internacionais
 - 10.10.1. ONG nacionais
 - 10.10.1.1. Principais projetos
 - 10.10.2. ONG internacionais
 - 10.10.2.1. Principais projetos
 - 10.10.3. ACNUR
 - 10.10.3.1. História
 - 10.10.3.2. Objetivos
 - 10.10.3.3. Áreas de trabalho principais





- 10.10.4. Mercy Corps
 - 10.10.4.1. Quem são?
 - 10.10.4.2. Objetivos
 - 10.10.4.3. Áreas de trabalho
- 10.10.5. Plano Internacional
 - 10.10.5.1. Quem são?
 - 10.10.5.2. Objetivos
 - 10.10.5.3. Principais áreas de trabalho
- 10.10.6. Médicos Sem Fronteiras
 - 10.10.6.1. Quem são?
 - 10.10.6.2. Objetivos
 - 10.10.6.3. Áreas de trabalho
- 10.10.7. Ceres
 - 10.10.7.1. Quem são?
 - 10.10.7.2. Objetivos
 - 10.10.7.3. Principais áreas de trabalho
- 10.10.8. Oxfam Intermón
- 10.10.9. UNICEF
- 10.10.10 *Save the children*

“ *Uma experiência de aprendizagem única, fundamental e decisiva para impulsionar o seu desenvolvimento profissional*”

06

Metodologia

Este programa de ensino oferece um método diferente de aprendizagem. A nossa metodologia é desenvolvida através de uma forma cíclica de aprendizagem: o **Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas faculdades de medicina mais prestigiadas do mundo e foi considerado um dos mais eficazes por publicações líderes, tais como o *New England Journal of Medicine*.





Descubra o Relearning, um sistema que renuncia à aprendizagem linear convencional para o encaminhar através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que provou ser extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Na TECH usamos o Método de Casos Práticos

Face a uma situação específica, o que deve fazer um profissional? Ao longo do programa, os estudantes serão confrontados com múltiplos casos de simulação baseados em situações reais em que devem investigar, estabelecer hipóteses e, finalmente, resolver a situação. Há provas científicas abundantes sobre a eficácia do método.

As experiências profissionais da TECH são uma forma de aprendizagem que compromete os fundamentos das universidades tradicionais em todo o mundo.



Uma técnica que desenvolve o espírito crítico e prepara o profissional para tomar decisões, defender argumentos e contrastar opiniões.

“

Sabia que este método foi desenvolvido em Harvard, em 1912, para os alunos de Direito? O método do caso consistia em apresentar-lhes situações verdadeiramente complexas para que tomassem decisões e justificassem a forma de as resolver. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard”

A eficácia do método justifica-se em quatro objetivos fundamentais:

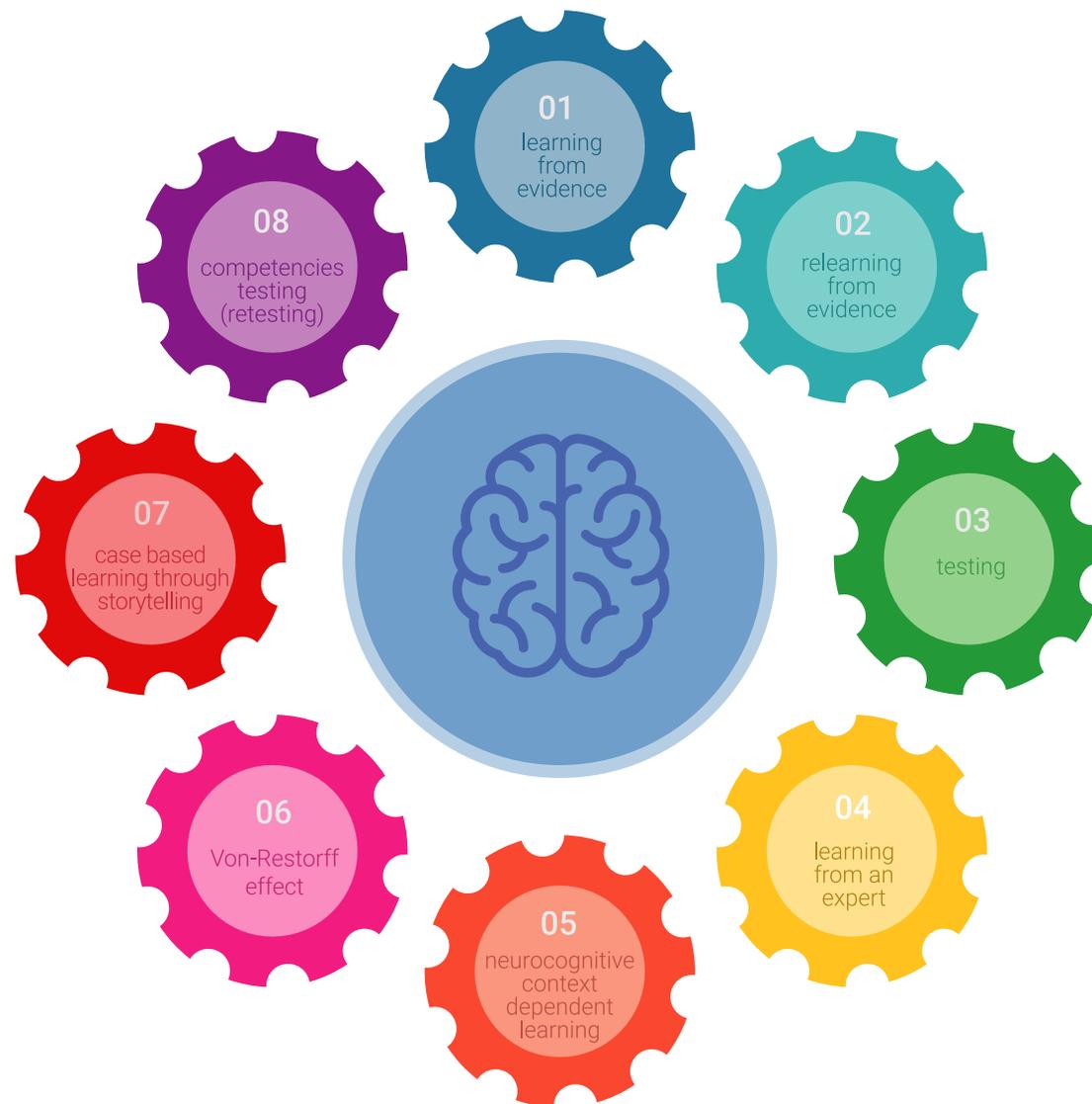
1. Os alunos que seguem este método não só conseguem a assimilação de conceitos, como também o desenvolvimento da sua capacidade mental, através de exercícios que avaliam situações reais e a aplicação de conhecimentos.
2. A aprendizagem traduz-se solidamente em competências práticas que permitem ao educador integrar melhor o conhecimento na prática diária.
3. A assimilação de ideias e conceitos é facilitada e mais eficiente, graças à utilização de situações que surgiram a partir do ensino real.
4. O sentimento de eficiência do esforço investido torna-se um estímulo muito importante para os alunos, o que se traduz num maior interesse pela aprendizagem e num aumento da dedicação ao curso.



Relearning Methodology

A TECH combina eficazmente a metodologia dos Casos Práticos com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, que combina 8 elementos didáticos diferentes em cada lição.

Potenciamos os Casos Práticos com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.



O profissional irá aprender através de casos reais e da resolução de situações complexas em ambientes de aprendizagem simulados. Estas simulações são desenvolvidas utilizando software de última geração para facilitar a aprendizagem imersiva.

Na vanguarda da pedagogia mundial, o método Relearning conseguiu melhorar os níveis de satisfação geral dos profissionais que concluem os seus estudos, no que respeita aos indicadores de qualidade da melhor universidade online do mundo (Universidade da Columbia).

Mais de 85.000 instrutores foram formados segundo esta metodologia com um êxito sem precedentes em todas as especializações. A nossa metodologia de ensino é desenvolvida num ambiente altamente exigente, com um corpo estudantil universitário com um perfil socioeconómico médio-alto e uma idade média de 43,5 anos.

A reaprendizagem permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, envolvendo-o mais na sua especialização, desenvolvendo um espírito crítico, defendendo argumentos e opiniões contrastantes: uma equação direta ao sucesso.

No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, mas acontece numa espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Por isso, combinamos cada um destes elementos de forma concêntrica.

A pontuação global do nosso sistema de aprendizagem é de 8.01 em relação aos mais elevados padrões internacionais.



Este programa oferece o melhor material educacional, cuidadosamente preparado para profissionais:



Material de estudo

Todos os conteúdos didáticos são criados pelos educadores especializados que vão ministrar o curso universitário, especificamente para ele, para que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Estes conteúdos são então aplicados em formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isto, com as mais recentes técnicas que oferecem componentes de alta qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Técnicas e procedimentos educativos em vídeo

A TECH faz chegar ao aluno as técnicas mais inovadoras, com os últimos avanços educacionais, que estão na vanguarda da atual situação na Educação. Tudo isto, em primeira pessoa, com o máximo rigor, explicado e detalhado para a sua assimilação e compreensão. E o melhor de tudo é que você pode assistir quantas vezes quiser.



Resumos interativos

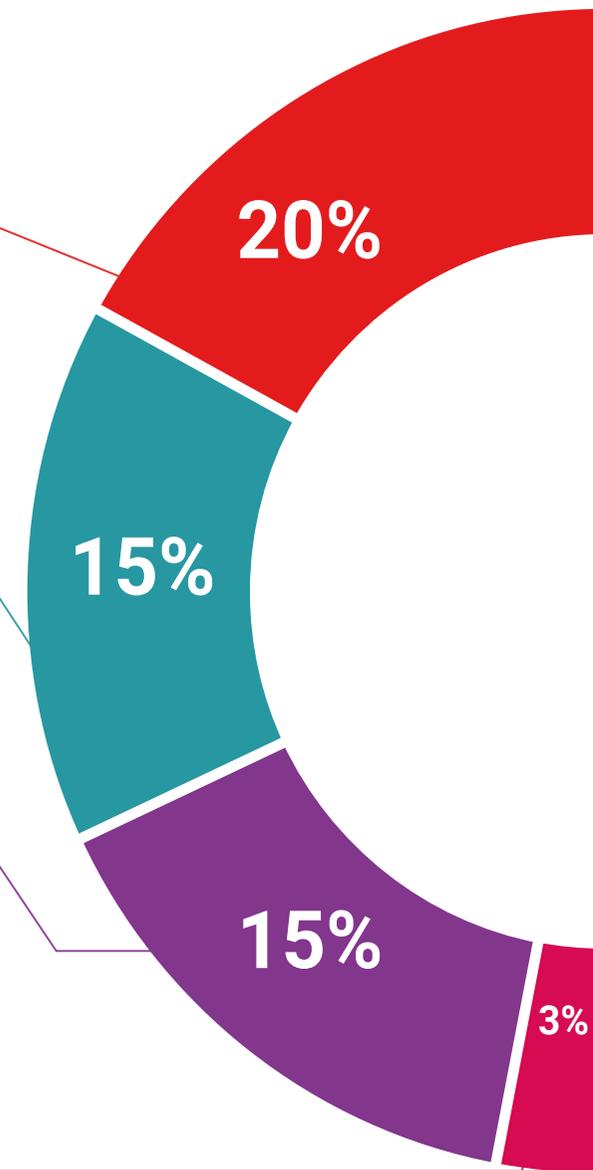
A equipa da TECH apresenta os conteúdos de forma atrativa e dinâmica em conteúdos multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas conceituais, a fim de reforçar o conhecimento.

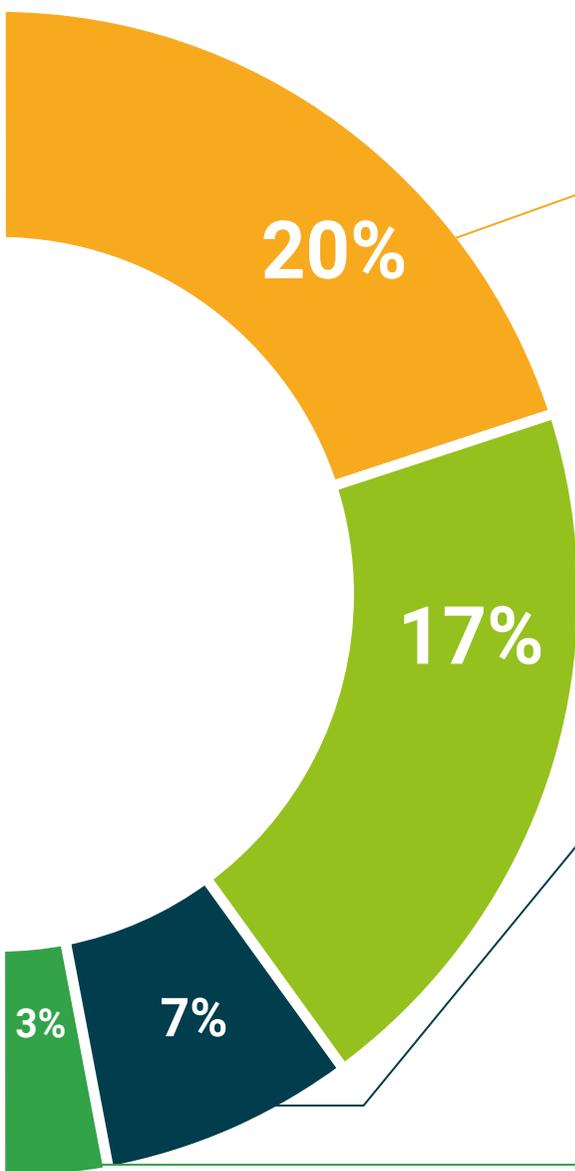
Este sistema educativo único para a apresentação de conteúdos multimédia foi premiado pela Microsoft como um "Caso de Sucesso Europeu".



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e guias internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH, o aluno terá acesso a tudo o que precisa para completar a sua formação.





Análises de casos desenvolvidos e liderados por especialistas

A aprendizagem eficaz deve ser necessariamente contextual. Por isso, a TECH apresenta o desenvolvimento de casos reais nos quais o especialista guiará o aluno através do desenvolvimento da atenção e da resolução de diferentes situações: uma forma clara e direta de alcançar o mais alto grau de compreensão.



Testing & Retesting

Os conhecimentos do aluno são periodicamente avaliados e reavaliados ao longo do curso, por meio de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que o aluno controle o cumprimento dos seus objetivos.



Masterclasses

Existem provas científicas acerca da utilidade da observação por terceiros especialistas. O que se designa de Learning from an Expert fortalece o conhecimento e a recordação, e constrói a confiança em futuras decisões difíceis.



Guias práticos

A TECH oferece os conteúdos mais relevantes do curso sob a forma de planilhas ou guias práticos. Uma forma sintética, prática e eficaz de ajudar o aluno a progredir na sua aprendizagem.



07

Certificação

O Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos garante, para além de um conteúdo mais rigoroso e atualizado, o acesso a um grau de Mestre emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

Conclua este plano de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

Este **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos** conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado.

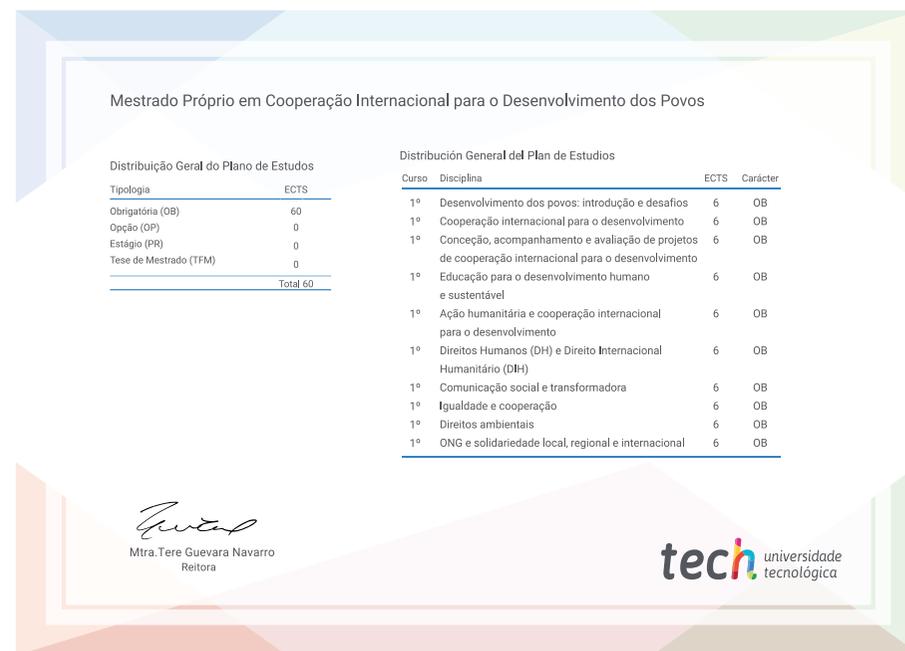
Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio, com aviso de receção, o certificado correspondente ao título de **Mestrado Próprio** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

O certificado emitido pela **TECH Universidade Tecnológica** expressará a qualificação obtida no Mestrado Próprio, atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

Título: **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos**

ECTS: **60**

Carga horária: **1500 horas**



*Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo a um custo adicional.

futuro
saúde confiança pessoas
informação orientadores
educação certificação ensino
garantia aprendizagem
instituições tecnologia
comunidade compromisso
atenção personalização
conhecimento inovação
presente qualidade
desenvolvimento sistema

tech universidade
tecnológica

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento
dos Povos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 60 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional para
o Desenvolvimento dos Povos

